

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO
«AMIGOS DE LISBOA»



ANO I

N.º 3

AGOSTO 1938

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO
«AMIGOS DE LISBOA»

DIRECTOR: GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA
VICE-PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

EDITOR: DR. EDUARDO NEVES
DIRECTOR TESOUREIRO

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»
SEDE PROVISÓRIA: LARGO DO CHIADO, 12, 2.º

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA LIBANIO DA SILVA — TRAV. DO FALA-SÓ, 24 — LISBOA

SUMÁRIO

VISTA PANORÂMICA DE LISBOA (*continuação*)
pelo *Dr. Perry Vidal*

VISITA À IGREJA DA CONCEIÇÃO VELHA
por *Mário de Sampaio Ribeiro*

RANCHOS LISBOETAS DE OUTRORA
por *Cardoso Martha*

CRÓNICA
por *Luiz Moita*

LISBOA VISTA PELOS ESTRANGEIROS
Viagem a Portugal dos Cavaleiros *Tron e Lippomani*

«AMIGOS DE LISBOA»

TODOS OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

ÉSTE BOLETIM É ENVIADO GRATUITAMENTE A TODOS OS SOCIOS

Vista panorâmica de Lisboa

datada de 1763

Segunda parte

Vou começar a segunda parte deste estudo pela apresentação das quatro colunas da Legenda, onde se encontram indicados os principais lugares e edifícios, representados por Bernardo de Caula no seu curiosíssimo trabalho, e que, como já tive ocasião de dizer na primeira parte dêle, estão colocadas duas a duas dos lados da inscrição e dedicatória, encimadas por braço de armas.

1.ª coluna:

- 1 Pampulha
- 2 S. francisco de Paula
- 3 S. João de Deos
- 4 S.ª Alberta
- 5 Buenos ayres
- 6 N.ª Snr.ª da Estrella
- 7 janelas verdas
- 8 as marrianas
- 9 as tercenas
- 10 Santos
- 11 Mocambo
- 12 Barbadinhos francès
- 13 quai da Esperança
- 14 os appostolos
- 15 patriarchala
- 16 Bairro alto
- 17 Caza da india

5.ª coluna:

- 35 Collegio Sam antao
- 36 Sñra da graça
- 37 moreiria
- 38 Ruina do hospital
- 39 terreiro do Paço
- 40 Castel Sam Jorge
- 41 Misericorda
- 42 igreja Sam antonio
- 43 See velha
- 44 Stª moniqua

2.ª coluna:

- 18 S.ª Catharina
- 19 a Biqua
- 20 quai de Boa vista
- 21 os Carmos Alemaõns
- 22 Chagas
- 23 Caza da Moeda
- 24 Sam Paolo
- 25 Sam Roch
- 26 Lorette
- 27 Assumpçam
- 28 Caza de Bragança
- 29 Corpus santo (?)
- 30 San fran.ª da Cidade
- 31 arsenal novo
- 32 Ruinas do Paco Real (?)
- 33 Spiritu Santo
- 34 placa do Rocio

4.ª coluna:

- 51 fabrica do tabaco
- 52 fondaçam
- 53 quais dos Soldados
- 54 almazens
- 55 Barbadinhos italianos
- 56 Santa apollonia
- 57 Santos novos
- 58 Madre de Deos
- 59 S.ª fr. de Chabregas
- 60 os grellos

- 45 Ribeira
- 46 Sam vincente de fora
- 47 S.ª ingracia
- 48 quais das Cebollas
- 49 alcasserias
- 50 alfandegua

- 61 Beat antonio
- 62 palacio do patriarcha
- 63 Samoça e golfe de aldega legua
- 64 Cacilhas e golfe de almado

Pampulha e Buenos Aires já me apareceram na primeira parte da Vista, o que quer dizer que o observador mais uma vez teve necessidade de se deslocar para colher nova perspectiva.

Começa esta segunda parte da Vista Panorâmica de Lisboa com o alto da Calçada da Pampulha (1), ficando a Trabuqueta e as escarpas, que se haviam de continuar, para o nascente, entre êsse local determinado e a margem do Tejo.

É o número 2: São Francisco de Paula, convento da Ordem dos Mínimos, que poucos anos tinha de construção, conforme diz Gonzaga Pereira (1), sendo ali que repousam os restos mortais da sua protectora, a Rainha D. Mariana Vitória de Bourbon-Espanha, mulher que foi d'el-Rei D. José I, em precioso túmulo de mármore, bem pouco conhecido, colocado na capela-mor, do lado do Evangelho.

Não acusa ainda a frontaria da igreja as duas tórres sineiras; mas no remate do convento, para o oeste, hoje desaparecido, mostra o documento um torreão, que decerto há muito já veiu a baixo, talvez pela ocasião das obras que deram lugar ao prédio de gaveto que ali se vê. Para o nascente vê-se a linda casa, apenas

(1) «Monumentos Sacros de Lisboa em 1835», ed. prefaciada pelo Sr. Eng.ª Vieira da Silva, 1927.

apontada, que, com janelas e portas decoradas, já o autor há pouco citado assinala em parte, e é a residência da Ex.^{ma} Senhora D. Maria Lívia Schindler Franco Castelo Branco, viuva do illustre Presidente do Conselho de Ministros, o Conselheiro João Franco Pinto Castelo Branco, que ali morreu, e mãe do meu saudosíssimo amigo e contemporâneo da época coimbrã, Frederico Franco, como todos o conheciam, tão prematuramente desaparecido, já viuvo, de uma Senhora da nobre casa Anadia, de quem deixou sucessão.

Com as trazeiras para o Tejo, e mostrando parte de um horto, assente em forte muralha, está o Convento de S. João de Deus (3), que principiou a ser construído em 1629 (1), como dizem João Bautista de Castro e Gonzaga Pereira, pelo Deão da Capela Real, D. António Mascarenhas, Comissário da Bula e Presidente da Mesa da Consciência, que o Dicionário «Portugal . . .» (2) informa ter sido: Doutor em Teologia; Prior de Óbidos; Deputado da Inquisição de Évora, em 1585; Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, em 1598; visitador das sepulturas reais do Mosteiro de Odivelas; Deão da Capela Real; Governador do Crato e Comissário Geral da Bula da Santa Cruzada; natural de Lisboa, onde faleceu muito velho, a 4 de Setembro de 1637; no que, até aqui, copia Inocêncio (3). Acrescenta porém mais: «Era filho de D. Pedro Mascarenhas. Aplicou-se nos primeiros anos com dedicação ao estudo de humanidades e de gramática latina, donde passou a estudar medicina escolástica, em que recebeu o grau de doutor. Foi admitido no Colégio Real de São Paulo a 10 de Junho de 1580. Em 1606 foi acusado pe-

rante a Côrte de Madrid de ser pouco cuidadoso e vigilante no exercício dos lugares que administrava, mas foi absolvido e restituído aos cargos que exercia. No comissariado da Bula da Cruzada conservou-se 40 anos. Edificou em Lisboa, no ano de 1629 um hospital para clérigos pobres que entregou ao cuidado dos religiosos hospitalários de S. João de Deus. Foi sepultado debaixo da capela-mor da igreja de S. João de Deus, no meio de um grande carneiro, com janelas sôbre o mar, cercado de grades de bronze, tendo na frente um altar dedicado ao Santo Cristo crucificado. Para o serviço da igreja deixou muita prata e bons ornamentos (1).»

Segundo o Nobiliário de Belchior de Andrade Leitão (2), êste D. António Mascarenhas foi filho bastardo dum D. Pedro Mascarenhas, que teve amoroso romance na vida (3).

(1) E tudo sem dizer onde foi encontrado. Pecha terrível, infelizmente seguida por muitos!

(2) Biblioteca da Ajuda, 40-XII-37; Vol. 12, Letra M., págs. 257.

(3) Diz o citado linhagista que D. Pedro Mascarenhas «não cazou, mas andou em demanda com D. Maria de Brito . . . que o requereu para marido, e alcansando sentença contra elle, o não quis ella então receber, e se meteo freira em Castella, e elle morreo na Batalha de Alcacere, deixando bastardos. D. Maria de Brito era filha de Fran^{co} Roiz Mondragão, em tt.^o de Mondragoens, a fls. 1312».

Procurando o referido lugar (Id., id., Vol. 13, Letra M.), encontrei mais: «Francisco Roiz Mondragão, f.^o 2.^o de João Roiz Mondragão, a fls. 1309, n.^o 1. cazou com D. . . de Brito. De que teve f.^o D. M.^a de Brito, m.^{er} de D. P.^o Mas. em tt.^o de Mas[carenhas] a fls. 357 deste L.^o, com a qual andou em demanda sobre o Cazam.^{to}, o qual sentenceou a Cardeal Infante D. Henrique sendo Arcebispo de Lisboa a favor della no anno de 1565, dizendo na Sentença que ella provara tantas calidades de sua pessoa, e nobreza, que a fazião igual a elle D. P.^o Mas, porem depoes desta Sentença ella não quis fazer vida com elle, antes lhe respondeo, querendo elle, que se quizesse para m.^{er} algua das suas criadas, ella lha daria, e se meteo freira em Castella S. G.»

Que razões fortes teria esta senhora madeirense, de tão alto coturno!, para repudiar assim um marido nobre, depois de o ter requerido? Simples questão de mau génio?

Como seria interessante descobrir êste processo (cujas fases principais decerto se desenrolaram aqui em Lisboa) e pôr à luz do dia usos, costumes e formas de pensar do final do Séc. XVI!

(1) 1630, segundo o P.^o Carvalho, «Corografia Portuguesa . . .», Vol. III, pág. 529.

(2) A fls. 896 do Vol. IV.

(3) «Diccionario Bibliographico Portuguez», Vol. I, pág. 205, ao tratar da obra que escreveu, assim intitulada: «Relação dos procedimentos que teve, sendo Commissario Geral da Bulla da Sancta Cruzada, na declaração e decisão de algumas duvidas que moveu o collector João Baptista Palloto . . . Dirigida ao Sanctissimo P. Urbano VIII nosso senhor». S./l., n./d. [Lisboa, 1628], 4.^o de 60 fls. Inocêncio, Vol. 8.^o (Supl.^{to}), págs. 253, informa haver uma 2.^a edição desta obra, também s./l., n./d., 4.^o, de 59 fls.

Construiu D. António Mascarenhas o Hospital em terreno seu, ou de sua casa. Neste local estiveram algum tempo os frades carmelitas descalços (marianos) ao estabelecerem-se em Portugal, como veremos adiante. Desde quando possuíam os Mascarenhas, Comendadores das Comendas de Mértola e de Almodovar, Alcaldes-Mores de Montemor-o-Novo e de Alcacer do Sal, Senhores de Lavre, etc., aqueles terrenos rochosos sobre o Tejo não o sei. O que sei é que êsses bens se estendiam para o nascente, vindo a edificar mais tarde para êsse lado (segundo me referiu o meu pressado amigo, illustre consócio e distintíssimo investigador, Sr. Afonso de Dornelas, ser sua crença) o 1.º Conde de Óbidos o famoso palácio que ainda ali existe, dando nome à rocha, que se ficou chamando «Rocha do Conde de Óbidos». Também o mesmo Senhor me referiu que o Convento e o Palácio comunicavam entre si por portas que mais tarde foram entaipadas.

Os Mondragões, de guipuzcoana origem, rapidamente desapareceram da Madeira, por falta de sucessão masculina, engolfando-se lhes os bens e os morgadios, por intermédio de D. Lourença Mondragão (prima direita da famigerada D. Maria de Brito), na casa dos Contos Cardosos, ainda hoje existentes.

Um tio paterno de ambas aquelas senhoras, João Roiz Mondragão (citada pág. 1512), a-pesar-de ter tido do casamento nove filhos, 4 machos e 5 femeas, só de um deles teve dois netos, um legítimo e outro bastardo; o primeiro, porém, morreu criança e o segundo foi para a Índia, onde acabou os dias sem constar que tivesse tido geração. Diz Andrade Leitão (loc. cit.) que êste tio das referidas D. Maria de Brito e D. Lourença Mondragão «foi denunciado por seus inimigos a Inquisição, que tinha oppoziões hereticas, e sendo prezo sobre fiança, mostrou no seu livram.^{1º} que tudo era falso, pelo que teve hãa m.^{1º} honrada sentença do S.^{1º} Off.^º, em que declarão ser Christão velho, e falso tudo o que se lhe impunha, a qual tem em seu poder seus sobrinhos».

Interessante seria ver as caras dos tais denunciantes ao lerem a sentença.

Ora aqui está como, tratando de uma pia fundação em Lisboa, topámos com dois curiosos casos insulares: o da dama arrogante oferecendo antes ao marido uma criada sua, o que faz sorrir; e o de, já naqueles tempos, certas bocas porcas se entreterem com falsidades, estúpida e torpemente, o que faz nojo. São bocas que vomitam, cérebros que engendram, de tipos todos mazelentos, tanto por fora como por dentro.

O parentesco entre D. António Mascarenhas, fundador do Convento, e o Conde de Óbidos não era afastado, bastando remontar ao bisavô do primeiro para se encontrar o comum ascendente. Foi êste: Fernão Martim Mascarenhas, filho de Nuno Mascarenhas, que já fôra Comendador da Comenda de Almodovar, na Ordem de São Tiago, como o foi seu filho. Fernão Martins teve mais a Comenda de Mértola, na dita Ordem, sendo Alcaide-Mor de Montemor-o-Novo e de Alcacer do Sal, Senhor de Lavre e Capitão dos Ginetes dos Reis D. João II e D. Manuel. Do seu segundo casamento teve cinco filhos machos e de três dêles, D. João, D. Nuno e D. Manuel, se formaram os três grandes troncos principais desta nobre família; respectivamente: o dos Condes de Santa Cruz e dos Condes de Óbidos; o dos Condes da Palma; e o dos Condes da Tôrre, Marqueses de Fronteira e Condes de Coculim, dos Condes de Castelo Novo, Marquês de Montalvão, e dos Condes de Serêm.

Do primeiro tronco se enlaçaram os Condes de Santa Cruz a famílias de outros títulos: Silvas (Marqueses de Gouvea) e Lancastres (Duques de Aveiro); e os Condes de Óbidos (depois de terem deixado ficar em Castela um ramo feminino que ali usou dêste título) se aliaram aos Mascarenhas do segundo tronco, Condes da Palma.

Estes Condes da Palma, duas gerações atrás, haviam regeitado patriòticamente o título de Condes de Azinhoso, dádiva espanhola, e, por sua vez, aliados aos Castelos Brancos, recebem o Condado de Sabugal, que na geração seguinte, com o da Palma, transmitem por casamento ao 3.º Conde de Óbidos. Nos do terceiro tronco, também tão titulados, houve ainda um irmão do 2.º Conde de Castelo Novo e do 1.º Conde de Serêm, que, seguindo as partes de Castela, ali foi feito Conde de Penedono.

É pois muito antiga a posse daquele terreno pelos Mascarenhas; desde quando não sei, mas decerto desde o Século XVI. Dêsse todo, se duma parte, a do convento, o Estado lhe chamou sua e ali pôs um quartel; se outra, a do palácio com o terreiro sobre a rua, de que, com seus portões de ferro armoriados e carcomidos, tão bem me lembro ainda, foi ven-

dida, depois da guerra, à Cruz Vermelha, que ali instalou a sua séde; uma terceira parcela, constituída por dependências, junto ao pátio de entrada, com janelas e portas para a rua, que se chamou «de São Francisco de Paula» e é hoje conhecida por «Presidente Arriaga», moradia talvez de familiares dos Condes, é ora ainda pertença da Casa Óbidos — restos de bem maior quantia! —, constituindo um prédio de renda, com algumas boas salas e muitas divisões, em dois pisos, cuja administração, segundo creio, está a cargo do Ex.^{mo} Senhor Conde da Foz.

O palácio, cujo andar nobre, com um formoso terraço sôbre o Tejo e, por debaixo dêste, a curiosa arcaria de grandes janelas do piso térreo, com seu terreiro, capela, dependências, etc., devia ser suntuosíssimo, a julgar ainda pelas quadras de grandes dimensões, *parquets* magníficos, silhares de azulejos e hobreiras de portas em belo pórfiro.

Há muito, felizmente, que o palácio vai sendo restaurado pela Cruz Vermelha, sob as vistas, o cuidado e o bom gôsto de seu ilustre Director, Ex.^{mo} Senhor Afonso de Dornelas, que, com tanto amor e carinho, tem feito levantar, quási de um montão de ruínas, um edificio admirável, onde, junto do antigo ressuscitado, conservado e posto a nu, se vêm as instalações necessárias, higiênicas e do mais moderno que a ciência exige para o fim a que foi votado aquele feliz palácio, outrora residência de tão grandes senhores.

Mas os bens que a Casa Óbidos ali tinha estender-se-iam ainda para o nascente, e onde é hoje o Jardim 9 de Abril seria também terreno seu. Na Vista que estou estudando, sob essa placa com arvoredo, se vêm duas portas de subterrâneo, como outras duas se denotam no edificio do palácio, dando as quatro para a Rocha, que desce até ao Rio. Ora a Casa Óbidos sempre entendeu que essa Rocha era sua, e Castilho, na «*Ribeira de Lisboa*», a pág. 679, lá mostra que em 1881, a Condessa viúva, D. Ana de Mello Breyner, como representante de seu filho, D. Pedro de Assis Mascarenhas, citou judicialmente a Câmara Municipal para suspender certas obras, dando depois a indicação de que a Condessa estava decidida a entrar em acôrdo, desde porém que a Câmara lhe

reconhecesse os seus direitos. Mais adiante, o mesmo autor (pág. 684) indica ter-se feito a escadaria em 1882, sem dizer contudo se as partes litigantes terão chegado a acôrdo e se a Rocha terá sido expropriada por utilidade pública, utilidade de que Castilho duvidava um pouco. Êste amoroso autor termina com as seguintes palavras o seu parágrafo sôbre o assunto: «Embora fôsse fácil armar a escada noutra parte, se era muito necessária, e dar áquele barrocal, que servia de base ao nobre palácio quinhentista, um aspecto altamente característico e belo, isto pouco importou; e mais uma vez se sacrificou o pitoresco às exigências problemáticas da comodidade pública».

Logo a seguir se vê, com o número 4, o convento de freiras carmelitas descalças de Santo Alberto, fundado em Lisboa, em 1584, pelo Cardial Alberto, então Governador do Reino em nome de D. Filipe I^o.

O n.º 5, no alto, indica o afastado sítio de Buenos Aires, e o n.º 6 o de Nossa Senhora da Estrela.

Ao leitor menos advertido lembro que não se trata da «*Igreja da Estrela*», como é geralmente conhecida a Basílica do Coração de Jesus, fundação da piedosa Rainha D. Maria I, no alto a que aquela outra Igreja deu o nome e era o Hospício da Ordem Beneditina, cuja fundação, em 1579, vem igualmente acusada por Gonzaga Pereira (*), que refere ser aquele local ocupado, já desde os tempos afastados das Guerras Peninsulares, pelo Hospital Militar, função que ainda hoje ocupa, com novas construções adjacentes e separado da antiga cêrca, transformada no mais lindo jardim público que tem a Capital.

Mas volto às Albertas. O conventinho deu o nome ao jardim, ali feito sôbre a Rocha, e por fim convento e capela, tendo desaparecido as ordens religiosas, passam a fazer parte do Museu de Arte Antiga. Neste ano em que vivo da graça de 1958, vi a envergonhada capela ficar entalada num novo corpo do Museu, construído para o lado do jardim, na aproximada

(*) Vid. Gonzaga Pereira, *Monumentos Sacros de Lisboa*, pág. 249.

(?) Loc. cit. pág. 49.

aparência do palácio do Conde de Alvor, comprado por tuta e meia por Pombal, após a desgraça dos Távora, logo mudados os braços. De forma que a pobre capelinha vai jazer entalada entre as duas partes, ficando o logradouro público, que era aquele lindíssimo mirante sobre o Tejo, agora atravancado por uma mole imensa de pedra e grande janelões, cerceando a vista, o ar, a respiração aos famintos de manhãs com sol, das tardes socegadas, das noites em calma de quem não pode gastar em passeatas pelos Estoris ou pelo Tejo, em frescas diversões durante épocas estivais⁽¹⁾.

Nesse palácio, residência dos Ataídes, Condes de Alvor, ao dar-se a terrível comoção política que levou os Marqueses de Távora e seus filhos ao patíbulo de Belem, talvez ali vissem os filhos segundos do 2.º Conde, ou, pelo menos, alguns deles.

D. António Caetano de Sousa, na última edição dos Grandes de Portugal, que é de 1755, e o seu continuador anónimo, cujo manuscrito possuo, dão, além do primogénito, os filhos seguintes ao 2.º Conde de Alvor:

a) Nuno Gaspar de Távora, que nasceu a 22 de Junho de 1704 e veio a falecer a 8 de Janeiro de 1789; capitão de Infantaria e mais tarde coronel. Casou primeiramente com D. Luiza Francisca Inácia da Silveira, Senhora herdeira, filha de D. Braz Baltazar da Silveira, de quem teve: a D. Braz José Baltazar da Piedade da Silveira, que nasceu a 26 de Maio de 1747, foi governador da Torre de S. Lourenço da Barra, com a patente de Tenente Coronel de Cavalaria, casado com D. Ana de Castro, filha dos primeiros Condes de Rezende, vindo a falecer a 3 de Maio de 1806; e a D. Joana de Távora, que nasceu a 8 de Dezembro de 1748 e faleceu a 20 de Janeiro de 1749. Casou segunda vez, com dispensa do Papa Bento XIV, impetrada por El-Rei D. José I, com sua cunhada, D. Maria Inácia da Silveira, a 1 de Dezembro de 1753.

b) D. Margarida Francisca de Lorena, que nasceu a 11 de Março de 1707, casou com

D. José da Câmara, 4.º Conde da Ribeira Grande, e faleceu a 14 de Julho de 1786, jazendo em S. Francisco da Cidade, no carneiro dos Condes daquele título. Já desta Senhora falei na 1.ª parte deste estudo e agora direi que, tendo-a tido, não deu a seu marido geração masculina que lhe sucedesse, caindo a Casa da Ribeira Grande em fêmea, como ali se viu.

c) D. Inez de Távora, que nasceu em Fevereiro de 1708 e faleceu de tenra idade.

d) D. Isabel Tereza de Lorena, nascida a 18 de Abril de 1709, foi freira ali ao lado, Carmelita descalça de Santo Alberto.

e) D. Ana de Távora, que nasceu a 20 de Dezembro de 1711 e morreu menina.

f) D. Josefa Maria Baltazar de Távora, nascida a 23 de Março de 1713, faleceu com pouco mais de dez anos.

g) D. Inácia de Távora, também freira em Santo Alberto, tendo nascido a 15 de Maio de 1714.

h) Manuel Rafael de Távora, nasceu a 10 de Junho de 1715 e faleceu a 5 de Maio de 1789, Cavaleiro de S. João de Malta, Capitão de Cavalos na Província do Alentejo, Coronel de Cavalaria e Gentil homem da Câmara do Infante D. Pedro; casou a 29 de Maio de 1735 com D. Isabel de Lancastre (que nasceu a 2 de Abril de 1713 e faleceu a 26 de Fevereiro de 1742), herdeira da Casa contal de Vila Nova de Portimão, de quem nasceu único, a 13 de Fevereiro de 1742, D. José Maria Gregório Francisco Verissimo Xavier de Lancastre, VI Conde de Vila Nova, XVII Comendador-Mor de Aviz.

i) João Batista de Távora, nasceu a 23 de Dezembro de 1717 e faleceu a 7 de Dezembro de 1772; Cavaleiro de Malta, Capitão de Infantaria e Coronel da Cavalaria.

j) D. Leonor Tomázia de Távora, que casou com o Duque de Aveiro, D. José Mascarenhas, justicado em Belem. D. Leonor nasceu a 2 de Junho de 1719, vindo a falecer, depois de alguns anos de atroz vida, no Convento do Rato, a 20 de Junho de 1711, onde foi sepultada.

k) Bernardo de Távora, nascido em Setembro de 1720, sem mais notícia.

l) Rafael de Távora, nasceu a 17 de Fevereiro

(1) Parece que, com tanto terreno para o nascente, o Museu se deveria alargar para aquele lado e não para o poente. Mas o caso é que assim se fez, com manifesto prejuizo das classes pobres.

reiro de 1721 e faleceu a 20 de Agosto de 1811, sepultado na Igreja da Conceição Velha. Frade da Ordem de Cristo, em Tomar, doutorou-se em Teologia, sendo Lente da Universidade de Coimbra, D. Prior da sua Ordem, Deputado do Santo Officio de Lisboa e da Bula da Cruzada.

m) D. Tereza de Távora, nasceu a 9 de Agosto de 1723 e faleceu a 29 de Abril de 1794; casou a 8 de Julho de 1742, com Luís Bernardo Alvares de Távora, outro dos suplicados de Belém, filho de seu irmão mais velho, o 3.º Marquês de Távora pelo seu casamento.

n) José Maria de Távora, nasceu a 9 de Setembro de 1726 e faleceu a 21 de Abril de 1781; Cavaleiro de Malta, Cónego da Patriarcal e Beneficiado de Coruche.

Como se vê, quinze filhos tiveram os segundos Condes de Alvor. O mais velho, Francisco de Assis e Távora, nasceu a 7 de Outubro de 1705 e foi o representante da Casa de seu pai. Pelo seu casamento com a herdeira da grande Casa de Távora (Marqueses de Távora e Condes de São João) que tinha a representação da 1.ª linha de tão nobre família: (e tendo a Casa de Alvor, representação da 2.ª) se juntaram estas duas linhas, para afinal tudo se reduzir a um montão de cinzas, logo deitadas ao mar, naquele dia horrível da matança de Belém.

D. Leonor de Távora, que nascera a 15 de Março de 1700, foi, por morte de seu irmão único, António Bernardo, falecido infante, herdeira de toda a Casa de Távora, sendo feita 6.ª Condessa de S. João e 3.ª Marquesa de Távora. A 21 de Fevereiro de 1718 casou com seu primo direito Francisco de Assis e Távora, acima indicado, chefe da 2.ª linha e Vice Rei da Índia, para onde partiram ambos em 28 de Março de 1750.

Nasceram dêsse casamento:

a) D. Mariana Bernarda de Távora. Veiu à luz em Lisboa, a 24 de Setembro de 1722 e, a 2 de Dezembro de 1747, casou com D. Jerónimo de Ataíde, XI Conde da Atouguia.

Foi este, por culpa do matrimónio, outra das vítimas de Pombal em Belém. «Por culpa do matrimónio», não! Diga-se antes: por causa de ser Morgado de Carvalho o Conde da Atouguia, como já o haviam sido seu pai e seu avô, no tempo em que o Senado da Câmara de

Coimbra tinha a honra de proceder à eleição dos administradores (1).

Da Condessa restam aquelas memórias admiráveis, de que o illustre Senhor Rev. Dr. Valério Cordeiro deu duas edições tão cheias de interesse.

Dos Atouguias ficou o palácio, com as armas serradas, que estavam sobre o pórtico imponente, no Campo Pequeno, hoje pertença da Câmara Municipal.

De ambos ficaram seis filhos, que sofreram, com a mãe nobilíssima, o castigo tremendo de ser quem eram e de vir donde vinham.

b) Luís Bernardo de Távora, 4.º Marquês de Távora e 3.º Conde de Alvor, que nasceu em Palhavã, a 29 de Agosto de 1723, casando a 8 de Junho de 1742 com sua Tia, D. Tereza de Távora e Lorena, como já atrás dissemos.

Se é dor cruciantíssima perder um filho — e di-lo quem já o experimentou — Luís Bernardo perdeu em vida dois dos três filhos que do casamento lhe nasceram: Francisco, nascido a 8 de Abril de 1743, faleceu a 14 de Junho de 1745, e D. Maria de Távora, vinda à luz a 25 de Maio de 1745, faleceu a 21 de Janeiro de 1747. A mais nova, D. Joana de Távora, nascida a 14 de Novembro de 1746, diz o meu citado ms. que «faleceu sem tomar estado». É de calcular que o jovem 4.º Marquês de Távora, ao sofrer aquela horrível e afrontosa morte, tivesse preferido mil vezes que a filhinha única deixada no mundo — em que condições, Santo Deus! — o houvesse precedido também, como os dois irmãos mais velhos, no caminho da eternidade.

c) D. Joana Bernarda de Távora, nasceu a 17 de Junho de 1724 e faleceu criança.

d) Bernardo António de Távora, nasceu em Palhavã, a 26 de Maio de 1725, falecendo no Pôrto no mesmo ano.

e) D. Margarida de Távora, nasceu a 20 de Junho de 1726, na Praça de Chaves, e faleceu em Évora, a 22 de Dezembro de 1755.

(1) Tudo isto se pode ver em Pedro de Azevedo no seu tão conhecido trabalho, que não vale a pena mais delongas, inserto no Arquivo Histórico; mas principalmente no raro folheto do meu querido e illustre amigo, Sr. Doutor Paulo Merea, glória da cátedra coimbrã, sobre o Morgadio de Carvalho, separata do Boletim da Academia.

f) D. Ana de Távora, nasceu na dita Praça, a 27 de Junho de 1727.

g) António de Távora, nasceu em Lisboa, a 5 de Agosto de 1728 e faleceu a 24 de Junho de 1731.

h) D. Leonor de Távora, nasceu em Lisboa, a 14 de Dezembro de 1729, e casou a 2 de Dezembro de 1747, com D. João de Almeida Portugal, 2.º Marquês de Alorna, 4.º Conde de Assumar, Académico do Número da Academia Real da História Portuguesa e seu Censor, Capitão de cavalos de um regimento da Côrte, que nasceu a 7 de Novembro de 1726 e «faleceu em 10 de Junho de 1802 nas suas casas em Almada aonde tinha já falecido a Marquesa sua mulher, e ambos estão enterrados na dita terra» (1), c. g.

i) D. Luís de Távora, nasceu em Lisboa, a 17 de Setembro de 1731.

j) Nuno de Távora, nasceu na Praça de Almeida, a 3 de Setembro de 1732, falecendo no mesmo dia.

k) D. Raimunda de Távora, que nasceu em Lisboa, a 16 de Agosto de 1733, falecendo em Junho do ano seguinte.

l) José Maria de Távora, nascido a 9 de Setembro de 1756, faleceu com vinte e dois anos de idade.

m) D. Maria de Távora, a última, que veio a falecer, menina, a 7 de Novembro de 1748.

Duas grandes gerações de Távoras acabam de ficar apontadas e delas quantos membros, com as crianças ainda de uma terceira geração a tomar em conta, sofreram por muitos anos o golpe fatal. O Século XIX foi fértil em romances «históricos» e Pombal também teve o seu. Com o infortúnio, porém, dos que sofreram poucos se tem importado, não havendo mais que notícias dispersas do triste destino que levou êste ou aquele descendente dos Távoras, embora mais tarde rehabilitada a memória da família, em tempos da Rainha D. Maria I.

Mas o palácio Alvor estava destinado para maiores sucessos. O ministro todo poderoso, talvez porque achasse mal situada a grande casa em que nascera e era conhecida pelo nome de Palácio dos Carvalhos da Rua Formosa,

no Bairro Alto, foi estadear suas galas para aquela casa pegada ao Conventinho de Santo Alberto, com magestoso largo em frente, rematado por architectónico chafariz, com lindíssimas vistas sôbre o Tejo e sôbre a Outra Banda e com terrenos adjacentes para o lado do nascente, segundo crelo, pois, com o tempo, a Casa Pombal ali edificou novos prédios, um deles o palacete onde reside o actual Senhor Marquês de Pombal, meu respeitabilíssimo amigo, e é uma das boas casas da Rua das Janelas Verdes, com vista soberba para o sul.

Ignoro em que época foi novamente vendida a velha residência dos Alvor. Suponho que por 1847 a Imperatriz viuva do Brasil, D. Amélia Augusta Eugénia Napoleão de Beanharnais, Duquesa de Leuchtenberg, com quem casara segunda vez o Imperador D. Pedro I, por procuração, em Munich, a 2 de Agosto e, em pessoa, no Rio de Janeiro, a 17 de Outubro de 1829, terá ido residir para aquele palácio às Janelas Verdes, que ainda no meu tempo era conhecido por «Palácio da Imperatriz». Terá sido portanto uns dezoito anos depois de 24 de Setembro de 1834 (em que D. Pedro expirou em Queluz, na sala D. Quichote, onde, trinta e seis anos antes, a 12 de Outubro de 1898, havia nascido) (1) que a viuva do Bolívar brasileiro e concunhado de Napoleão, terá ido ocupar aquele grande imóvel. Esta Senhora, madrastra portanto da Rainha D. Maria II, tendo nascido em 1812, veio a falecer neste palácio cidadão a 26 de Janeiro de 1873, tendo ali vivido portanto um largo período de cêrca de vinte e seis anos, talvez apenas entrecortado pela viagem à Madeira, em procura de alívios para a linda princesinha que do Imperador lhe ficara, D. Maria Amélia, e que no Funchal se finou, tuberculosa, a 4 de Fevereiro de 1853.

Nesse casarão vivia a Imperatriz, sempre atenta à política, não desdenhando de dar o seu conselho, com uma côrte reduzida em que era Mordomo-Mor o Marquês de Rezende, titular brasileiro, António Teles da Silva, filho

(1) Mihi, «Genealogias Reais Portuguesas, Descendência de S. M. El-Rei e Senhor Dom João VI, 28.º Rei de Portugal, Lisboa, Guimarães & C.º, editores, 1925, págs. 22 e seguintes.

(1) Cit. ms., págs. 31.

quarto do primeiro casamento do 3.º Marquês de Penalva e 7.º Conde de Tarouca, Fernando Teles da Silva Caminha e Menezes. O Marquês era inteligente, escritor, solteirão e sujo.

Fiel ao pedido do marido, ali conservou a Imperatriz junto de si um dos tantos filhos nascidos de fáceis amores, sendo talvez essa a razão de aqui terem ficado os seus descendentes.

Sem ser apontado na Vista, um outro palácio, às Albertas, ainda hoje se vê, demonstrando, pelo tamanho, como ali viveriam os seus senhores. Refiro-me ao palácio Minas, onde, no andar, nobre estão instaladas repartições públicas e, em parte do rez do chão, reside, há já alguns anos, o meu ilustre amigo (e que já o foi de meu querido Pai), e distinto diplomata, Senhor Luís Arenas de Lima, Cavaleiro de Malta, primoroso iluminurista, profundo estudioso de genealogia e um dos mais interessantes conversadores que tenho conhecido.

Não sei ao certo quem ocuparia o palácio em 1763. O 4.º Marquês das Minas e 7.º Conde do Prado, D. António Caetano Luís de Sousa, que nascera a 9 de Junho de 1690, sei que era vivo em 1755, mas ignoro quando terá morrido. Casara em 19 de Julho de 1712 com D. Luíza de Noronha, filha dos quartos Condes dos Arcos, tendo nascido único dêste casamento D. João de Sousa, que nasceu a 14 de Abril de 1715 e faleceu em vida de seu pai, a 4 de Janeiro de 1745, que D. António Caetano de Sousa, nos «Grandes de Portugal», não nomeia como 5.º Marquês das Minas e 8.º Conde do Prado. Foi êste casado primeira vez com D. Maria Joaquina do Pilar da Silveira, filha dos quartos Condes de Sarzedas, cujo enlace se realizou a 5 de Junho de 1839, falecendo D. Mariana a 12 de Setembro de 1742, sem dar sucessão a seu marido. Casou 2.ª vez D. João a 8 de Junho de 1744 com D. Joana de Menezes, filha dos quartos Marqueses de Alegrete, nascendo única e póstuma, dêste casamento, a 16 de Abril de 1745, D. Maria Francisca Antónia da Piedade de Sousa, falecida aos 42 anos, em 1787, depois de haver casado com D. Lourenço das Brotas de Lencastre e Noronha, de quem deixou geração.

Prosseguindo, o n.º 7, indica «janelas ver-

des». ¿Queria dizer que o prédio onde êste número está assente era assim conhecido por ter pintadas de verde em algum tempo as suas janelas? Adiante um imóvel sem estar marcado deve ser o hoje deparecido palácio dos Viscondes de Asseca, que ficava no local onde até há pouco esteve a fábrica dos pregos, com fachada também para a praia, que depois foi o Atêrro, depois chamado «Rua 24 de Julho», e, por fim, Avenida da mesma e liberalenga data. Se, como é natural, estes titulares viviam no seu palácio em 1763, habitaria então ali o Senhor da Casa, que seria o IV Visconde de Asseca, Martim Correa de Sá e Benevides Velasco, a quem D. José concedeu no seu título as honras de grandeza, gentil homem da Câmara do Infante D. António, Deputado da Junta dos Três Estados e Académico da Academia Real; nascido a 20 de Janeiro de 1698, tendo casado a 5 de Novembro de 1739 com sua prima direita, D. Mariana de Lencastre, Dama do Paço, de quem não tem geração. E por esta causa lhe sucedeu na Casa seu irmão Luís José Correa de Sá e Benevides Velasco, que depois de ser Porcionista no Colégio de São Paulo, seguiu a vida militar, sendo Capitão General e Governador de Pernambuco. Nasceu Luís José a 15 de Outubro de 1698⁽¹⁾ e casou com D. Francisca Josefa da Câmara, que nasceu a 27 de Dezembro de 1740 e veio a falecer a 21 de Abril de 1799. Não sei a data ao certo dêste casamento, mas efectuou-o bem tarde Luís José, pois que em 1755, estando ainda como Governador em Pernambuco, D. António Caetano o dá como solteiro, só nascendo seu filho primogénito, Salvador Correa, que veio a ser o V Visconde, a 6 de Março de 1760. Por estas datas se vê que os esposos faziam diferença um do outro de 42 anos, sendo êle pai aos 62 e D. Francisca mãe aos 20. Esta Senhora casou segunda vez com Manuel de Saldanha da Gama e Tôrres, Senhor de Assequins, com geração.

(1) Segundo D. António Caetano de Sousa, «Grandes de Portugal», ed. de 1755, pág. 257, o que é um pouco estranho, a menos que algumas das datas esteja errada: pois, a estarem certas, apenas haveria entre os dois irmãos uma diferença de 9 meses menos cinco dias.

Ora estou chegado a um número que representa um edifício impressionante: o n.º 8, que a tabela indica ser «as marriannas». Pelo final do Século XVI era residência dos Césares, de Luís César, Provedor dos Almazens⁽¹⁾, certo imóvel do lado esquerdo da rua, indo para Santos, que, o filho dêste, Vasco Fernandes César, por o ver arruinado, vendeu, com outros terrenos adjacentes, aos frades carmelitas descalços, depois de ali ter vivido o Secretário de Estado, Miguel de Moura. Estes frades haviam-se fixado primeiramente onde eu já disse que se levantou depois o Convento de S. João de Deus, estiveram um tempo a S. Crispim mudando-se para o novo local, edificado o seu novo Convento, com uma formosa igreja no alto de elevadas e caprichosas escadarias, pelo ano de 1611, conforme diz Castilho na sua já tão citada obra.⁽²⁾

Acêrca dêste Convento que, com 1854, teve a sorte dos outros (lá diz Gouzaga Pereira na obra citada), existem, que eu saiba, três trabalhos publicados, que já registei⁽³⁾ e são, os dois primeiros, discriptivos do convento, e o terceiro, referente ao triste fim que lhe foi dado, embora no segundo também se aluda ao caso.

1.º [VARNHAGEM (Francisco de Adolfo de) & LA POEI DAGGE (Guilherme de)].

Convento de Nossa Senhora dos Remédios dos frades Carmelitas descalços, Marianos em Lisboa; precedido de um estudo biográfico acêrca de Salvador Correia de Sá e Benevides e seu jazigo⁽⁴⁾.

2.º HENRIQUES (Da Carnota) (Guilherme João Carlos).

O Convento de nossa Senhora dos Remédios dos Carmelitas Descalços⁽⁵⁾.

(1) Castilho (Júlio), «A Ribeira de Lisboa», pags. 612

(2) idem, idem, mesma pág.

(3) Na minha *Carta Bibliográfica de Lisboa*, que em breve entrará no prelo.

(4) 1 fol. 8.º, 52 págs. + 2 + uma fita de «Rectificação». Lisboa, Tip. de Castro & Irmão, 1872. Reunião feita pelo segundo autor do seu trabalho com artigos do primeiro, aparecidos no *Jornal do Comércio*.

(5) 1 fol., 8.º gr.º, 22 págs. + 4 estampas. Lisboa: Of. Tip. Calçada do Cabra, 7, 1910. Separata do *Arquivo Histórico Português*, Vol. VIII.

3.º SOUSA AMADO (P.º José de).

A compra da Igreja do extinto Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Lisboa por uma seita protestante, ou os protestantes conspirando para a destruição da religião católica e conquista de Portugal. Com uma estampa representando os incêndios e ruínas dos templos em Inglaterra e Escócia⁽¹⁾.

E' efectivamente um facto e facto triste. ¡A Igreja da Casa-Mãe dos frades do Carmelo em Portugal foi tornada em templo protestante! Não sei se mais alguém, além do P.º Amado, que o fez tão bem e com tanta razão, terá mostrado a sua indignação por tal facto. O Sr. Henriques não acha o caso grandemente horrendo e dá notícia de ter o edifício passado em pouco tempo de uma seita para outra do protestantismo. O que sei é que êsse estado de coisas ainda permanece, com o prédio numa triste feição de ruínas, um ferro velho à porta principal (onde fôra a Capela de Nossa Senhora dos Remédios) e aproveitada parte do Convento para livraria sectária com grandes rótulos da mercadoria que vende, numa desnacionalizadora propaganda.

Em parte dêsse edifício viveu, há já bom par d'anos, após a sua saída por motivos de reforma, depois de muitos anos de bons serviços, dos aposentos que ocupava no antigo Conde São Bento, como Director Geral que era da Secretaria da Câmara dos Pares, o Conselheiro Joaquim Hemetério Luiz de Sequeira, velho amigo de meu pai, já viuvo de uma irmã do General e Professor, Conselheiro Carlos Augusto Morais de Almeida, rodeado de seus dois filhos, de sua nora e de seus netos. Eram êsses seus filhos os Srs. José do Avelar e Carlos Pecquet de Almeida Luiz de Sequeira, ambos também superiores e dignos funcionários daquela Câmara; o primeiro dêstes, ainda felizmente vivo, era então casado com a Ex.ª Senhora D. Etelvina Alda de Aguiar, filha do ilustre homem de estado, Ministro e Conselheiro, António Augusto de Aguiar. O Conse-

(1) 1 fol., 8.º, 8 págs. Lisboa, Tip. de G. M. Martins, 1872.

lheiro Sequeira tinha um outro filho, vai para cinco anos falecido em Cascais, que foi o Coronel de Artelharía Jorge Artur de Almeida Luiz de Sequeira, pessoa, aliás como todos os seus, de afabilíssimo trato, que casou com uma prima direita de minha Mãe e deixou muita descendência. Do edifício dos Marianos se mudou alguns anos depois o Conselheiro Sequeira para o primeiro andar dum prédio grande da Calçada do Marquês de Abrantes, onde veio a falecer em avançada idade, e onde faleceram também um seu neto, sua nora e seu filho Carlos.

A seguir, um outro palácio que vai até à esquina da Rua de S. João da Mata e ocupado hoje na sua parte principal pela Escola Industrial de Fonseca Benevides, era uma residência dos Condes de Murça, sem grandes aparatos architectónicos, mas abrangendo uma área importante e que também não vem assinalada na Vista que originou este trabalho, embora la figure bem destacado.

Estou, pois, no Largo de Santos, que Júlio de Castilho descreve muito bem⁽¹⁾. Muito mais pequeno do que hoje, era então esse Largo, pela existência ali do cemitério, sem que tivesse ainda sido aberta a actual Rampa de Santos, dando apenas comunicação para a praia a «ingreme e estreitíssima travessa das Escadinhas da Praia», mais tarde muito alargada. Formando a esquina ocidental dessa apertada travessa havia um prédio de aparência seiscentista, demolido por 1860, indicado por Castilho⁽²⁾, nas suas confrontações, dizendo mais: «Quando e por quem fôsse levantado este prédio nobre, ignoro eu; sei que a família Ottolini era senhora dêle dêde muito, e aí habitou longos anos».

Esta família Ottolini era natural do Gordévio, bispado de Como e o primeiro que consta ter vindo para Portugal foi Domingos Cristovão Ottolini, que faleceu em Lisboa, freguesia de Santos-o-Velho, com testamento feito a 5 de Fevereiro de 1765⁽³⁾, no qual instituiu um vínculo, de que foram principais bens as suas casas nobres em frente da Igreja de Santos. Foi primeiro administrador dêsse vínculo e uni-

versal herdeiro um sobrinho dêste, Bartolomeu Matias Ottolini (que tinha o mesmo nome do pai), nascido ainda em Gordévio e que veio a falecer em Lisboa, na dita freguesia, a 14 de Agosto de 1802, tendo casado duas vezes: a primeira naquela paróquia, a 28 de Agosto de 1766, com D. Mariana Joaquina da Rocha, natural da freguesia de Carcavelos, falecida em Lisboa, Lapa, a 28 de Agosto de 1790, sem dar geração a seu marido; a segunda, na freguesia de Santa Catarina, com D. Francisca Rita da Silva e Aguiar, natural dessa mesma freguesia e que, depois de viuva, passou por sua vez a segundas núpcias.

Dêste segundo casamento de Bartolomeu Matias, além de duas senhoras, falecidas solteiras, nasceram dois homens eminentes: Francisco de Paula de Aguiar Ottolini e José Cupertino de Aguiar Ottolini. O primeiro nascido em 1796, faleceu solteiro, em Campolide, em 1855; Bacharel formado em Leis, Desembargador da Relação de Lisboa, Deputado em seis legislaturas, Ministro da Marinha, Conselheiro de Estado extraordinária, Par do Reino. O segundo, nascido em Santos, em 1798, veio a falecer na freguesia de Santa Catarina em 1859; Bacharel formado em Direito, foi também Desembargador da Relação de Lisboa, Procurador Geral da Corôa, Conselheiro de Estado efectivo, comendador de Cristo e de N.ª S.ª da Conceição.

Casou o Conselheiro José Cupertino na freguesia da Lapa, na capela da casa do seu sôgro, com D. Augusta Cesária Ferreira Sarmiento (1797-1869), filha de Manuel José Sarmiento, Fidalgo da Casa Real, Conselheiro, Alcaide-Mór de Alcácer do Sal, Conselheiro honorário do Ultramar, Oficial-Mór da Secretaria do Estado dos Negócios do Reino, etc.

Deve ter sido este o 3.º administrador do vínculo e quarto e último, seu filho, Manuel Sarmiento Ottolini, que, pelos vinte e pouco anos talvez terá visto demolir a casa que nos serve de base a estas notícias.

Já ali não nasceu Manuel Sarmiento Otolini, que viu a luz na casa herdada dos Aguiares, na Travessa de André Valente, freguesia de Santa Catarina, a 9 de Janeiro de 1840 e veio a falecer na sua Quinta Nova da Conceição, em Benfica, a 11 de Maio de 1898.

(1) «Ribeira de Lisboa», pág. 625.

(2) «Ribeira de Lisboa», pág. 626.

(3) Torre do Tombo, Registo dos Testamentos, fls. 147 do Liv. 192.

Foi este o 1.º Visconde e o 1.º Conde de Ottolini, Bacharel formado em Direito, Mõço Fidalgo e Fidalgo Cavaleiro, da Casa Real, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Presidente da Associação Comercial, Governador do Banco Nacional Ultramarino, Membro substituto do Conselho de Administração da Companhia Geral do Crédito Predial Português, etc. Casado com D. Maria Elisa Ferreira da Veiga (irmã da mulher do 1.º Visconde dos Olivais e do 1.º Visconde do Arneiro) teve três filhos: José, que foi o 2.º Conde de Ottolini, casado e com geração, Manuel, idem, e Luis, médico distinto, também casado e com geração, já todos falecidos; e três filhas, as duas primeiras falecidas na meninice, e a terceira, a Ex.^{ma} S.^a D. Maria de Lourdes da Veiga Ottolini, Condessa do Bonfim pelo seu casamento, com o Ex.^{mo} Sr. José Francisco de Mello Travassos Valdez, 4.º Conde do Bonfim, Grão Cruz da Ordem Pontifícia do Santo Sepulcro, Comendador da Ordem da Corôa, de Itália, condecorado com a Cruz do Reich, da Alemanha, camarista secreto de Espada e Capa de Sua Santidade, antigo Deputado, com o Curso Superior do Comércio, meu presado amigo, a quem devo a fineza da maior parte destas indicações.

Os primeiros Condes de Ottolini, pessoas muito das relações de meus Pais, foram os meus padrinhos de baptismo, sendo-me grato deixar-lhes aqui testemunhada a minha recordação inolvidável.

Quando, ha pouco, falei da «apertada travessa» referia-me ao tempo de Castilho e não ao da Vista. Em 1763, da casa dos Ottolini para o nascente, nada havia até à praia senão a escarpa, acompanhando o jardim da propriedade, que até à praia vinha também, mas sôbre a muralha, gradeado, vendo-se ao lado um cancelo. Esta casa vê-se em parte na estampa que acompanha a notícia sôbre a igreja da Freguesia de Santos-o-Velho⁽¹⁾, sendo talvez a única reminiscência que dela exista. Deve ter sido demolida para alargamento do Largo e formação da Rampa.

Junto da água, algumas casotas, certamente

de madeira, indicarão já talvez o sestro a que alude o autor da «Ribeira de Lisboa», de pejar a praia de construções simples que a abstruíam a cada passo.

Tenho ainda, neste primeiro capítulo, um número de que tratar: é o n.º 9 da Vista, que na legenda indica serem: «as tercenas», importantes armazens edificados mesmo na margem do rio, depois da Rocha do Conde de Obidos até às escadinhas de Santos, (actuais, é claro), onde se arrecadavam as mercadorias mais diferentes de consumo e para exportação, ficando o mais próximo possível das faluas e barcas de espécie vária em que eram transportadas. Ainda me lembro de muitas dessas tercenas (*tarracenas* antigamente lhe chamavam, como regista Castilho), umas já hoje desaparecidas, outras mais ou menos mascaradas e dadas a outros destinos; assinalando que ficavam mesmo sôbre a água um desses armazéns conserva ainda uma lápide sôbre a porta com os dizeres: «Caes de Joze Antonio Pereira». Viterbo⁽¹⁾ alfabeto o termo (2.º vol., pág. 341) em *Tarcena*, dando como variantes: *Tarcena* e *Tercena*, definindo, como termo antigo o «Arsenal, em que se construíam, e guardavam os armamentos navaes, e tudo o que era pertença da marinha: igualmente se chamarão assim os armazens, e arsenaes, ou parques, em que no interior da Monarchia se fazião largos depositos de munições de guerra».

Mas na Vista o número está colocado erradamente, pois que, em vez de assinalar esses velhos armazéns, aparece colocado um grande Convento, com campanário, que parece deverá ser o Convento dos frades de São Bento.

Para terminar deverei dizer por último que me parece não dever ter sofrido muito com o terremoto todo este pedaço de Lisboa entre a Pampulha e Santos. Pelo menos não vejo referências de derrocadas e ruínas em palácios e conventos desse sítios e a Vista, que tenho na frente, não acusa prédios desmantelados nem indica destroços, nem do terremoto nem do fogo, circunstância devida certamente à natureza rochosa de toda aquela área. Que me

⁽¹⁾ In Gouzaga Pereira «Monumentos Sacros...», estampa que precede a pág. 491.

⁽¹⁾ Santa Rosa de Viterbo (Fr. Joaquim de), «Elucidario das Palavras, termos...», Lisboa, 1799.

lembre, apenas Camilo, no seu «Perfil do Marquês de Pombal», assinala a Marquiza de Távora, D. Leonor, «a fugir do seu palácio derruído pelo terremoto», ao referir-se a certa passagem do poema «Lisboa destruída», do Padre Teodoro de Almeida, podendo ser portanto que a Marquiza estivesse nessa altura noutra local.

Temos forçosamente que andar mais depressa. Além do que, pode dizer-se, de Santos para o nascente, rio acima, o infatigável Castilho escreveu (em sentido contrário) quanto há de interesse, na sua «A Ribeira de Lisboa», tanta vez já aqui citada, e seria, além de pretencioso, deselegante, sobrepôr os meus modestíssimos conhecimentos, ao que tão bem e tão eruditamente deixou traçado o grande historiador da Capital.

Em rápida vista de olhos, pois, vou registar o que aparece na Vista com os seus números e a um ou outro ponto inumerado farei as referências que souber ou julgue de mais interesse.

O n.º 10 indica a antiga igreja de Santos-o-Velho e os leitores têm em Castilho e em Gonzaga Pereira fartas notas para que seja necessária prosa minha sôbre ela. Direi apenas que na sua reprodução não mostra ruína sofrida com o terramoto. Logo junto se encontra, bem em evidência, mas sem número próprio, a residência com magníficos jardins vindos até à praia, que, depois de ser paço real e ser convento, foi pertença dos Lencastres. Castilho, loc. cit. pág., 622, ao abrir o Cap. VII do Livro V, tem estas palavras: «Pormenores descritivos do palácio velho de Santos não os há. Resta apenas o seu desenho na miniatura quinzentista do Museu Britânico, por Simão Beninc». E mais adiante refere como lhe parece tratar-se dêste palácio em certa gravura do *Theatrum Urbium* de Braunio. Pelo menos, mais moderna embora, há mais esta perspectiva do antigo Paço real de Santos, mostrando arcaria sôbre o jardim, torreão, capela e arvoredo da pequena quinta.

O n.º 11, no alto, indica o convento das freiras trinas do Mocambo, entre casario, e para os citados autores remeto o leitor curioso.

O n.º 12 está melhor detalhado, ainda que se veja o edifício pelas trazeiras, deixando

perceber a artéria que limitava o vale entre as duas colinas; refere-se ao hospício dos *Barbadinhos franceses*, fundado na parte sul do jardim do Duque de Aveiro, que para tal fim o ofereceu pelos meados do Séc. XVII. O palácio dos Duques ficava no ângulo sul formado pela rua da Esperança e pelo largo, exposto portanto ao norte e ao nascente; seguiam-se-lhe, para o sul jardins e várias dependências. O convento, que veio a dar o nome a uma serventia, nada sofreu com o terremoto, perdendo-se num incêndio no segundo quartel do Séc. XIX.

O n.º 13 localiza o «Caes da Esperança», que ocupava parte do que é hoje o Jardim de Santos; logo adiante se nota a embocadura duma rua, larga para o tempo e que, ainda mais ampliada, veio a ser a Avenida que se chamou «de D. Carlos», depois «Presidente Wilson» e por fim «das Côrtes».

«Os apóstolos» mostra o n.º 14 da legenda ser um edifício com sua torre sineira, que se nota no alto da Vista, a mais de meia encosta para o velho sítio que a geração que me precedeu chamava e conhecia pelo nome de «Patriarcal», ou «Patriarcal Queimada». Julgo tratar-se do Colégio de S. Pedro e S. Paulo, fundado em 1632, embora a sua colocação possa parecer um pouco arredada; porém não conheço outra fundação religiosa a que se podesse dar aquela denominação. Ora acresce que ali não aparece indício de ruína e João Bautista de Castro, publicando a 2.ª edição do seu «Mapa de Portugal...», precisamente em 1765, ano em que esta Vista foi feita, diz, a pag. 381 do 1.º Vol.: «A ruína que padeceu com o terremoto se acha já recuperada». Na sua «Corografia Portuguesa...» o padre António Carvalho da Costa se refere também a a êste Colégio (1).

Chegamos a uma eminência, no recorte superior da Vista, onde uma grande edificação assinalada com a sua cruz e com o n.º 15 se vê ser a «patriarchala», naquele lugar em edificação, que por se ter queimado antes de completa, cedeu o lugar para a construção do Erário, de que pouco se chegou a construir,

(1) 1.ª edição, 1712, Vol. 3.º pág. 508.

aproveitando-se por fim o local para o formoso jardim, que, com belas edificações em voltas veiu a ter o nome de «Praça do Príncipe Real», mudado, talvez ainda em 1910, em «Praça do Rio de Janeiro». Para o magnífico trabalho do meu ilustre amigo e consócio, Ex.^{mo} Sr. Gustavo de Matos Cequeira, remeto quem não tenha e queira tomar cabal conhecimento daqueles formosos sítios e sua história ⁽¹⁾.

Ao aglomerado, sempre a caminho de Santa Catarina, com o número 16, chama o autor do desenho o «Bairro alto», e a igreja daquela invocação, assente sobre uma escarpa nua, tem o número 18, parecendo ficar-lhe na continuação, o que é êrro manifesto de perspectiva, pois que do Alto de Santa Catarina muito para traz, ou seja para o norte, é que fica o Bairro Alto, que vai até ao Loreto, não se vendo o Convento dos Paulistas e o Palácio Olhão, que ficam na orla sul dêsse bairro tão característico de Lisboa.

Na praia, mesmo por debaixo dêstes últimos locais assinalados, notam-se, na seqüência de outros, três prédios abarracados: o primeiro e o terceiro com grandes portões em arco e todos três escorados por altos madeiros, enterados no solo. Tem o n.º 17 o primeiro e na legenda a indicação de ser ali a «Caza da índia». Não conheço nada escrito em que possa firmar-me para corroborar êste assêrto, mas é possível que, destruída com o terremoto a que estava instalada no célebre torreão do Terreiro do Paço, para ali fosse transferida.

Mesmo junto da água mais casebres e barcos em construção; depois uma edificação hexagonal com caes de pedra e degraus.

O n.º 19 indica «a Biqua», o que deve ser tomado talvez pela calçada da Bica, hoje «Rua da Bica Duarte Belo», por onde passa o conhecido ascensor da Boa Vista ao Calhariz.

Outra vez na praia, onde há vestígios de pilhas de madeira, o n.º 20 diz ser o «quai de Boa Vista», tendo para o Nascente o Forte de S. Paulo sobre o Tejo, ainda artilhado e sem número de referência. No renque de prédios, um que faz esquina para uma estreitíssima travessa, com porta, portão da cocheira, sobre

loja, três andares e ainda águas-furtadas, é o palácio que foi dos Condes e Marqueses de São Payo, e lhes veio dos Monizes de Lusignan, construção primitiva talvez dos fins do século XVI. O meu presado amigo Ex.^{mo} Sr. Conde de São Payo (D. António) estudou paciente esta casa e tem pronto um artigo sobre ela, primoroso como todos os seus trabalhos. Aqui só direi que Castilho ⁽¹⁾ assinala a data, que hoje está esculpida no prédio, de 1712 como da sua construção. É lapso. Deve ser da sua reconstrução.

No meio de muito casario e mostrando ter frente para a calçada que estou adivinhando partir de um recanto quasi em frente da Casa da Moeda, marcado com o n.º 21, está a casa dos «Carmos alemães», carmelitas descalços alemães, introduzidos em Portugal pela piedade da Rainha D. Maria Ana de Austria, mulher, del Rei D. João V, em 1708, sendo orago S. João Nepomuceno, que veio dar o nome à calçada, hoje substituído pelo de Castelo Branco Saraiva.

Outra vez no recorte, alto da Vista, atinjo o n.º 22, indicando uma igreja com fachada principal ao poente e em total ruina sobre uma escarpa sem moradias. É o templo das Chagas de Cristo, por ser curiosíssimo o que sobre êste templo refere João Bautista de Castro, não resisto a transcreve-lo aqui:

«Sem embargo de não ter esta Freguesia território determinado, por ser somente própria para os homens marítimos da carreira da Índia e mais Conquistas; contudo, como tem pia batismal, e goza das regalias paroquiais, a incluímos em o número das Freguesias da Cidade.

«Teve o seu principio de uma Irmandade, das Chagas que no Convento da Santíssima Trindade desta Côrte instituíra Fr. Diogo de Lisboa, Ministro do mesmo Convento; e por discórdia, que houve entre a Irmandade e os Religiosos, se separou dêles, pedindo licença ao Pontifício Paulo III para erigirem à sua custa uma Igreja, que tivesse tôdas a insignias de Paróquia, e faculdade para nomearem Capelão, e ter um Hospital, em que se curassem os feridos

⁽¹⁾ *Depois do Terremoto*, 4 vols., Lisboa, 1916-1954.

⁽¹⁾ «Ribeira de Lisboa», pág. 550.

⁽¹⁾ Loc. cit., vol 5.º, págs. 245 e seguintes.

dos, e enfêrmos das Armadas; alegando para isso os serviços que os da dita Irmandade, como homens navegantes, tinha feito à Igreja nas armadas contra os infiéis.

«Concedeu-lhes benignamente Paulo III o que pediam, e pondo êles em execução a faculdade Pontificia, deram ordem a fabricar a Igreja no alto de um dos montes desta Cidade para a a parte do ocidente, onde se disse a primeira missa em dia de Santo André do ano de 1542. O mesmo Pontífice a anexou à Igreja Lateranense de Roma com vários privilégios, que Urbano VIII confirmou em 23 de Outubro de 1625, depois de várias dúvidas, que a Irmandade teve com o Ordinário: sendo que a Bula do Papa declara, que no que toca à isenção do Ordinário quere se guarde a forma do Concílio Tridentino; e enquanto ao Cura administrar os Sacramentos aos indivíduos desta Irmandade, devia ser primeiramente aprovado pelo Prelado Diocesano.

«É a dita Irmandade Padroeira e Administradora de todos os bens pertencentes a esta Igreja, na qual tem Cura, um Tesoureiro e três Capelães, cujo rendimento é incerto; pois se extrai de todos os que embarcam das naus de El-Rei, que fazem a viagem para a India e Brasil; e também das esmolas, que dão os fieis à milagrosa Imagem da Senhora com o título da Piedade, que se venerava num Altar por baixo da Capela Mór.

«Ficou esta Igreja não só arruinada com o terremoto, mas destruída totalmente com o fogo que pelas duas horas da tarde daquele fatal dia do primeiro de Novembro a devorou: nela perderam a vida três mulheres e um Religioso Xabregano, e ficaram outras algumas pessoas estropiadas. Perdeu a Igreja os seus ornamentos, e a maior parte da sua prata; e nas ruínas da Capela Mór ficaram as sagradas Pixedes, com o Sacramento, posto que dentro do Sacrário; e as venerandas Imagens da Senhora da

Piedade, do Senhor Morto, de São João Evangelista, e Santa Maria Madalena, que todos escaparam do incêndio.

«Socegado daquele susto por alguns dias, recorreu o cuidadoso Pároco desta Igreja a diligência de extrair daquela miserável ruína ao divinissimo Sacramento, o qual, achando-se intacto e as demais Imagens da Capela Mór, foram conduzidas para o Oratório da quinta de Bento Gonçalves Forte, chamada a quinta nova a Sete Rios, onde estiveram até 20 de Junho de 1756, em que, disposta, e erecta uma nova Ermida de madeira, e frontal em o sítio dos Cardais, na Cotovia se estabeleceu ali a Paroquia, onde presentemente se acha, não se tendo feito mais reparo na antiga, que desentulhar-se e demolir-se algumas paredes, que ameaçavam imminente ruína».

Mesmo junto à borda de água e ao forte de São Paulo está, com seu pátio e cais, a Casa da Moeda (23).

Logo a seguir, n.º 24, a derruída paroquial de S. Paulo, talvez com uma casa de madeira, adrede construída, em que se vê erecta uma Cruz, e onde se celebrasse talvês então o culto. Devo advertir que a nova Igreja se construiu mais para o nascente, com a porta principal e suas tôrres sineiras olhando para êste lado, fazendo tôpo ao largo que, com o seu chafariz, se chama o Largo de São Paulo. Nessa Igreja, nos bons tempos do Rev. Sr. Padre Ramalho, recebi o sacramento do baptismo, 11 de Novembro de 1889, com dois meses precisos de vida.

Ora por aí acima, na Vista, tudo são ruínas, montões de pedras soltas que o terremoto deslocou, até se lobrigar, no alto, com o n.º 25, o campanário da Igreja de São Roque, que fôra a Capela da Casa-Mãe da Companhia de Jesus em Portugal, até esta ser extinta pela sanha de Pombal.

(Continua)

Visita à Igreja da Conceição Velha

Promovida pelo grupo «Amigos de Lisboa», em 14 de Fevereiro de 1937.

—Palestra proferida nessa ocasião

por MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO

FOI-ME distribuído o papel ingrato de fazer-vos a história sucinta dêste templo, tam aparatoso de fachada, mas tam desenxã-bido em seu interior.

Gostosamente vou desempenhar-me da tarefa, embora lamente que tenhais de contentar-vos com tam insulso regalo.

Reconheço que merecieis mais e melhor e reconheço que por maior que seja minha boa vontade, ela não poderá arcar com a tremenda responsabilidade de vos dar conta — ainda que resumida — não apenas do que vêdes, mas, sobretudo, do que está por trás de tudo isto — da alma e da razão de ser destas pedras e de algumas das coisas que se patenteiam a vossos olhos amigos.

O vulgo, porém, sói dizer que quem dá o que tem a mais não é obrigado. Em face dos dizeres do aforismo cuído que dando o que tenho estou antecipadamente perdoado por ser tam mesquinha a oferta.

Antes de entrar em matéria, devo apresentar em nome de os «Amigos de Lisboa» os nossos agradecimentos e as nossas homenagens ao muito reverendo vigário desta Capela de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa — o douto e ilustríssimo cônego João Damasceno Fiadeiro — por tôdas as facilidades concedidas e por tôdas as suas penhorantes amabilidades, sem as quais esta visita não teria sido possível, nas condições em que é feita.

1

Vamos saber primeiro a razão por que esta Igreja é chamada «Conceição Velha».

Para tanto temos de recuar nos tempos e de ir longe daqui.

Todos vós sabeis — pelo ler algures ou pelo ouvir dizer — que, há muitos anos, se chamava Restêlo à praia que ficava nas imediações do lugar onde hoje se ergue a Igreja dos Jerónimos.

De lá partiram as caravelas para sulcarem esses mares sem fim, de lá abalaram as armadas que demarcaram a rota marítima da Índia, que foram às terras de Santa Cruz e a tam desvairadas partes.

Pois nessa praia, ou sítio do Restêlo, correndo o ano de 1460, um Mestre de Cristo cujo nome todos guardamos ciosamente no mais íntimo de nossos corações — o Infante D. Henrique — fez levantar devota capelinha em honra e louvor de Nossa Senhora — padroeira da empresa das descobertas — sob a invocação de Santa Maria de Belém. Junto da ermida havia um hospício dos freires da Ordem que, em Portugal, sucedeu à dos Templários.

Trinta e tal anos depois, el-Rei D. Manuel I, muito devoto da edificante vida dos frades jerónimos, ao mais certo em cumprimento de qualquer voto, deliberou fundar um mosteiro para seu jazigo e habitação dêles, mesmo junto da ermida do Restêlo, em terrenos que eram dos freires de Tomar por lhos haver comprado e doado o Infante de Sagres.

Tinha, pois, que fazer-se um escambo, quere dizer: para desapossar os freires daquêles lugares havia que dar-se-lhes em troca outros terrenos e outro templo.

Conseguiu-se tal mediante a doação da antiga sinagoga principal dos judeus — que estava vasia desde que êles haviam sido expulsados do Reino — a qual foi consagrada ao culto de Nossa Senhora da Conceição.

— ¡ Ah ! ¡ Já sei ! — diz um de vós com seus

botões. A sinagoga dos judeus era aqui porque assim o afirma Alexandre Herculano a alturas tantas de *O Monge de Cistér*.

— Não sabe, não senhor — digo-lhe eu — porque Herculano enganou-se. Mas, conquanto vários escritores e investigadores de grande mérito já tenham demonstrado incontrovertivelmente o não fundamento da asserção do célebre historiador, o certo é que a crença ainda está enraizada e é lamentável que a falsidade ainda seja reproduzida em publicações de responsabilidade — como, por exemplo, a *Guia de Portugal* editada pela Biblioteca Nacional de Lisboa.

A sinagoga da Judiaria Grande não era aqui — ficava sensivelmente no sítio por onde corre hoje o leito da rua dos Fanqueiros, um pouco ao sul do largo dos Torneiros.

Aí se instalaram os monges-cavaleiros, e a sua Igreja, depois de sagrada e de receber importantes beneficiações, passou a ser chamada «Real Colegiada de Nossa Senhora da Conceição, dos freires da Ordem de Cristo», ou, mais simplesmente: «Conceição dos freires».

Reinando o virtuoso cardeal D. Henrique, o número de freguesias da capital foi aumentado, instalando-se provisoriamente algumas das novas em várias capelas ou ermidas. Uma das criadas de novo foi a de Nossa Senhora da Conceição e para tal se desanexaram vários arruamentos e casas das antigas freguesias de Santa Maria Madalena e de S. Julião. A séde desta nova paróquia foi a Conceição dos freires.

Assim seguiu sendo mais de um século, até que, na primavera de 1682, o Arcebispo de Lisboa, D. Luiz de Sousa, da casa dos condes de Miranda — o que alcançou o jubileu do Lausperene — para pôr ponto final em mil e um

conflitos de jurisdição, ordenou a transferência da séde da freguesia para a ermida de Nossa Senhora da Victória.

Anos depois, o mesmo prelado, então já cardeal, comissionou o bispo de Bona, D. frei Pedro de Foios, para benzer a primeira pedra do novo templo, destinado a séde da freguesia, em plena Rua Nova dos Ferros, exactamente no sítio por onde agora corre a rua da Prata, mesmo pegado com o Banco Ultramarino.

A nova Igreja em breve ficou em condições de poder funcionar e assim passaram a existir,

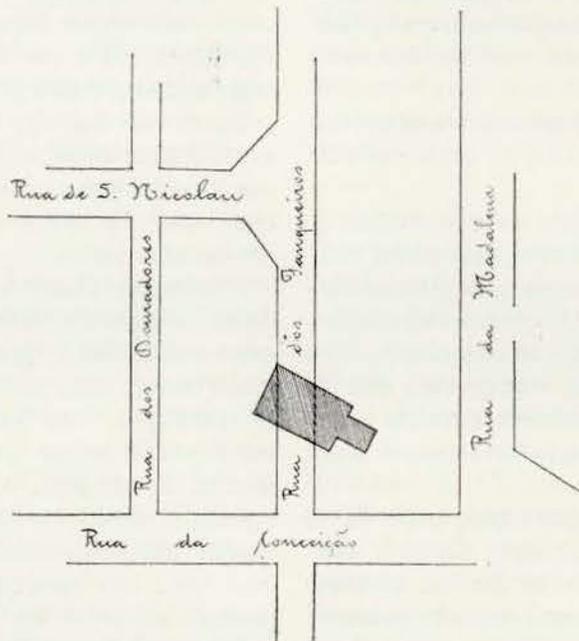
bastante vizinhos, dois templos, ambos da invocação de Nossa Senhora da Conceição — o mais antigo, como disse, na actual Rua dos Fanqueiros, era o dos freires de Tomar; o outro, o construído adrede para séde da freguesia, na rua da Prata.

Por êste facto, o povo viu-se na necessidade de distinguir as duas Igrejas uma da outra. E como a dos freires era muito mais antiga que a outra, acabou-se em função da idade. Daí a Conceição Velha; daí a Conceição Nova.

Mas na manhã do primeiro de Novembro de 1755 deu-se o famigerado cataclismo e, por força do abalo e dos incêndios que se lhe seguiram, os dois templos ficaram em mísero estado.

À catástrofe sobreveio o novo risco da cidade baixa o qual, por intrigante e infeliz acaso, abriu ruas precisamente nos pontos onde se erguiam as antigas Igrejas desta parte lisboeta. Houve, pois, que deslocar de seus lugares próprios as que eram freguesias.

Por isso a da Conceição Nova foi para onde a vemos hoje, quasi paredes meias com a de S. Julião, que está prestes a desaparecer.



Localização da antiga igreja de Nossa Senhora da Conceição dos freires, ou «Conceição Velha»

Em vez das duas aparatosas tórres que tinha e que resistiram ao abalo, embora ficassem tam inclinadas que os garotos podiam marinhar por elas até irem repicar os sinos, ficou com aquele aspecto «magestoso», que não devia servir para aldeia de quarta ordem, quanto mais para se erguer num ponto que, pelo novo risco, ficava pertencendo à parte mais nobre da nova cidade de Lisboa, que, como a Fénix da lenda, renascia das próprias cinzas, ainda que penosa e arrastadamente.

Para a Conceição Velha, cuja Igreja era «vistosa e alegre», aproveitaram-se os salvados da famosa Igreja da Misericórdia, ou sejam: a porta meridional e a capela do Santíssimo Sacramento, que quasi lhe ficava fronteira, ambas milagrosamente poupadas pelo cataclismo. E com êsses preciosos restos, com êsses vestígios de rara opulência e de beleza requintada, atamancouse o que estão vendo — um barracão feito Igreja.

E porque os freires de Cristo vieram para aqui, o povo decretou que ao novo e inexpressivo templo onde estavam engastadas as duas joias referidas, se continuasse a chamar «Conceição Velha», quando, aliás, com mais propriedade, deveria ter-lhe chamado «Conceição Arte-Nova», ou coisa que o valêsse...

II

No local em que estamos era, antes do terramoto grande, a Igreja da Santa Casa da Misericórdia, consagrada à Visitação da Virgem Nossa Senhora a Sua prima, Santa Isabel.

A Igreja, porém, não corria no sentido norte-sul, como esta, mas, sim, na direcção nascente-poente.

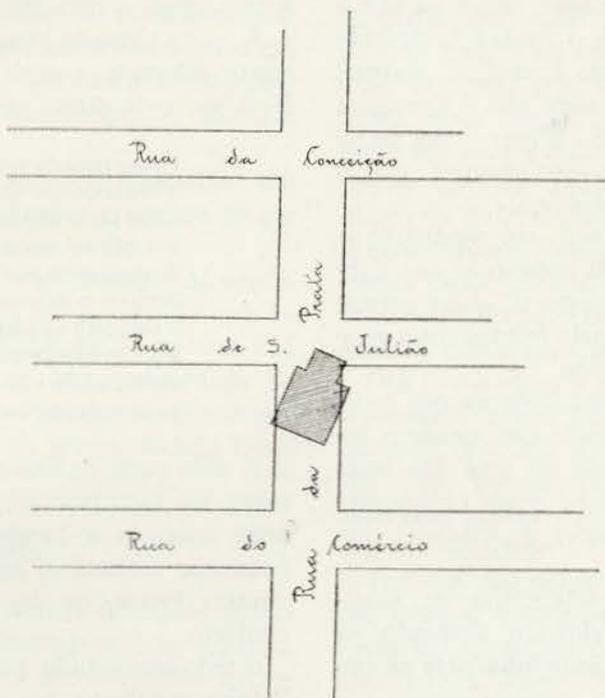
Segundo parece, o arco do cruzeiro abria-se precisamente no sítio onde corre a parede do corpo da actual Igreja, que fica do lado da Epístola — direita de quem entra. Para além, pois, era a Capela-mor.

Segundo frei Nicolau de Oliveira, o templo era todo de cantaria e de abóbada muito alta, que, como a dos Jerónimos, assentava sôbre seis colunas inteiras, dispostas em dois renques, formando três naves, e em mais catorze meias colunas.

Inaugurada em 1534 deve, depois dessa data, ter sofrido grandes modificações e embelezamentos, porque aquele pórtico admirável por onde há pedaço entrámos, e que, a meu ver, constitue genial falsificação do chamado estilo manuelino, não pode ser anterior a 1576. Cuido até que só se fez quando a Igreja passou a ter acesso apenas pelos lados.

Da grandiosidade do templo que o medonho sismo de 1755 transformou em mon-

tão de escombros e que o desapêgo dos homens de então deixou perder de todo, podemos fazer idéia pela opulência de mármore e primores de escultura Renascença da actual Capela-mor, que era uma das quatro que se vasavam por banda do Evangelho, e que fôra inicialmente da invocação do Divino Espírito Santo, mas em 1594 passou a ser do Santíssimo Sacramento, graças às avultadas esmoladas duma grande bem-feitora da Misericórdia — Dona Simôa Godinho, senhora riquíssima e de côr, oriunda da ilha de S. Tomé, que, falecendo viuva, sem descendentes e ardendo em zêlo



Localização da antiga igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição, ou «Conceição Nova»

pelo aumento da Críandade, empregou seus bens em obras pias. Além desta Capela fundou também a Cartuxa de Laveiras — o que é como quem diz o convento *Vallis Misericordiae* da apertada regra de S. Bruno.

O pórtico, tendo a cada ilharga seu formosíssimo janelão, é maravilhoso com sua teoria de anjos adoradores, com seu precioso meio relêvo no tímpano representando a maior glorificação da Virgem Nossa Senhora, Amparo dos Crístãos, sob cujo manto protector e maternal todos se acoitam — desde os papas e cardeais até os frades mais humildes; desde os reis e os grandes senhores até o menos favorecido dos homens! A estátua do arcanjo S. Gabriel é óptima. Expressiva a mais não é a imagem do santo frade — talvez S. Bruno — que se vê no janelão da esquerda, em simetria com o Santo André do da banda direita.

Aos pés do meio relêvo, um medalhão — talvez o retrato do genial architecto que concebeu êsse prodígio de harmonia, que é permanentemente vilipendiado pelo frontão mais mesquinho que imaginar-se pode.

A Santa Casa da Misericórdia nasceu como ampliação de uma irmandade que, desde o século XIII, existia instalada em uma das belas capelas dos claustros da Sé desta Lisboa prezada — a de Nossa Senhora da Piedade, chamada da Terra Sôlta.

Um frade trinitário, valenciano de nascimento, em extremo piedoso e abrasado no amor do próximo, teve grande influência na empreza.

E o que era seu sonho dourado — a prática incessante de tôdas as sete obras de misericórdia — encontrou realização, graças à protecção disvelada dessa mulher admirável que foi a Rainha Dona Leonor, a qual deveo propugnadora incansável dêste santo labor, a obra de amor mais grandiosa que a Críandade tem visto em todos tempos e que ainda hoje existe, embora de todo desvirtuada, de todo desnaturada.

As Misericórdias foram a mais perfeita realização das três virtudes teológicas.

A Caridade mais ardente radicada em Fé vivíssima; a Esperança mais risonha brotada miraculosa e continuamente dêsse pujante manancial de Caridade; a Fé glorificada e

bem-dita, mercê da prática ininterrupta da Caridade e da Esperança sempre alimentada.

Hoje, as Misericórdias não têm Fé, não fazem brotar a Esperança e não praticam a verdadeira Caridade.

A Santa Casa da Misericórdia é organismo burocrático que tem por obrigação fazer bem. Mas, em sua acção de hoje, não há amor, há apenas o cumprimento de preceitos regulamentares. Dá o pão da esmola, mas não o acompanha de palavras de conforto. Dá-o com as mãos, friamente, racionalmente, automaticamente, mas o coração não é parte na acção.

A Santa Casa da Misericórdia era outra coisa muito diferente e tanto assim que Garcia de Resende dela dizia, em sua *Miscelânea*, que

Vimos também ordenar
a Misericórdia santa,
coisa tanto de louvar,
que não sei quem não se espanta
de mais cedo não se achar:
Socorre a encarcerados,
e conforta os justicados,
a pobres dá de comer,
muitos ajuda a suster,
os mortos são enterrados.

A tôda parte se estendia sua acção benemerente, em todo lado surgia sua bandeira. . . . E onde aparecia a bandeira da Misericórdia os pequenos sentiam-se amparados, os fracos devinham fortes, os desconsolados alcançavam conforto.

E tudo isto — tudo, j tudo! — foi obra de uma Rainha excelente, portuguesa dos quatro costados, mulher até no mais recondito de seu ser, j católica de alma e coração!

.....
Há poucos meses, um meu amigo contou-me que, estando em Florença, ao passar por certa rua, ouvira, a alturas tantas, a buzina de um pronto socorro, tocando continuada e insistentemente para abrir caminho por onde pudesse romper. Pouco depois via passar por êle um auto-maca com uma bandeira desfraldada. Ao lado do condutor ia sentado um sujeito que envergava uma opa negra.

Reparou êsse meu amigo que tôda a gente se descobrira ou saudára à romana — com o braço direito estendido — à passagem do veículo.

Como forasteiro que era, inquiriu, intrigado, da razão de ser do facto.

E alguém o informou que era apenas o carro da Santa Casa da Misericórdia.

!É doloroso e confrangedor verificar o contraste!

Em Itália, onde a Misericórdia é como planta exótica, pois se estabeleceu lá graças à piedade — e talvez também à saudável nostalgia — de uma Infanta portuguesa, há esta veneração e este amor pela instituição sem par.

Cá, sua terra natal, há por ela a maior apatia e pela memória santa da verdadeira mãe dêsse novo pelicano, que se desentranhava em amor para minorar as desgraças dos filhos desvalidos, há a maior indiferença, se não total indiferença.

Atrevo-me a dirigir um apêlo àqueles de vós que me escutais e que tendes a ventura de ser crentes:

Sempre que entreis neste vestígio da verdadeira Misericórdia de Lisboa, não deixeis de elevar vosso espírito a Deus em prece fervorosa e veemente pela eterna bem-aventurança da mais bela alma que o Portugal de seu tempo teve — a da excelsa, a da grande Rainha Dona Leonor.

III

Falta-nos ainda dar noticia de alguns objectos que os freires de Cristo trouxeram consigo e de outros, de várias proveniências e origens, que também se guardam neste templo.

A isso vamos agora.

Os quadros que alguns altares apresentam — a Ceia do Senhor, Nossa Senhora do Ó e outros — conquanto subscritos por autores de certo renome, nenhum dêles se recomenda especialmente.

Em matéria de imagens há-as de primoroso lavor e quasi tôdas são do século XVIII.

A do Senhor Jesus da Ressurreição, admiravelmente bem lançada, veio do convento do Carmo. Outra que tem merecida fama de beleza é a de Nossa Senhora das Mercês, que foi padroeira de uma irmandade de redenção de cativos — sucedânea da Ordem militar da mesma invocação, que para cá foi trazida pela Rainha Santa Isabel.

Outro indiscutível portento da imaginária secentista é o belo S. Joaquim que veio do convento de Santa Ana — onde Camões foi enterrado.

Tôdas estas imagens estão além na Capela-mor, onde também, como é óbvio, se venera a do orago, que é, em realidade, obra prima que a tradição teima em atribuir à arte exímia de Joaquim Machado de Castro.

Aqui no corpo da Igreja temos o Senhor Jesus dos Passos, que foi do convento de S. Domingos. S. Braz, (advogado das doenças da garganta, que além tem mais de um *ex-voto* de cera junto a si) Santa Amaro (que vedes no altar seguinte, com seu hábito negro de frade bento, suas longas barbas e sua mitra branca junto aos pés) e o Senhor Jesus da Humildade, vieram com os freires. A imagem do Senhor Morto foi do convento dos franciscanos de Xabregas. Nossa Senhora das Dores tem aqui grande devoção. Muitos anos foi seu festeiro o benemérito Rosa Araújo cuja memória nos é querida como bom amigo de Lisboa que foi.

Dos paramentos e alfaias que nesta Igreja se arrecadam, e que além estão expostos por requintada gentileza do reverendo vigário, nada vos digo porque não conseguiria dizer-vos mais nem melhor que a sua simples contemplação vos sugerirá.

Todavia, não deixo de chamar a vossa atenção para o excelente cofre de prata lavrada destinado a receber o depósito eucarístico em Quinta-feira Maior, para o braço de prata que contém um osso venerável — relíquia de S. Braz, — e para o original cáliz de prata dourada, com campanilhas, espécime sem par conhecido, pelo menos por mim.

No meio das preciosidades podeis admirar também a curiosa imagem seiscentista de Nossa Senhora da Atalaia, que figurava antigamente no célebre círio da Alfândega de Lisboa e que, pelo facto de ter sido venerada muitos anos na desaparecida capela da séde aduaneira, é vulgarmente chamada Nossa Senhora das Alfândegas.

Uma outra imagem se guarda nesta Igreja mas que não está à vista, ignoro porquê. É a vetusta Nossa Senhora do Pópulo, de pedra lioz, que esteve muitos anos em cima de uma das portas septentrionais da velha Igreja da

Misericórdia e que o terramoto também poupou.

O estuque do tecto tem fama, foi obra de Félix da Rocha e é conhecido pela designação de «Triunfo da Imaculada Conceição». Por sinal que, uma vez, quando se procedia à sua limpeza, a vassoura, casualmente, foi entalar-se na bôca do dragão e viram-se para aí em trabalhos para a tirar de lá.

Mas de tôdas as imagens que se veneram nesta Capela, nenhuma pode comparar-se à que além vedes, a modos que sentada em desajeitada cadeira dourada, de péssima talha, com certeza não anterior ao primeiro quartel do século XIX.

¿ Sabeis que imagem é ?

Eu vo-lo digo :

É a de Nossa Senhora figurada no Presepe, apresentando em Seu regaço à veneração e à piedade dos fieis o corpinho tenro do Deus Menino recém-nascido. É Santa Maria de Belém que, por haver estado na ermida que o Infante D. Henrique fundou, tem sido através das gerações apelidada de Nossa Senhora do Restelo.

Nada nos pode garantir que seja a própria escultura mandada fazer pelo Infante de Sagres.

Mas é, sem dúvida possível, imagem dos fins do século XV ou de começos do seguinte e devida, com certeza, ao cinzel de algum famoso imaginário da época.

Conquanto se nos apresente incarnada e com as vestimentas caprichosamente pintadas, a estátua é de pedra e o seu pêso tal que não permite mexer-se-lhe. Diz Filipe Neri Faria e Silva, que a êste templo prestou grandes serviços, que nas costas não é pintada e que em 1880, salvo êrro, a superfície de pedra não pintada se desfazia ao roçar da unha.

Deve ser esta a mais histórica de quantas imagens da Virgem Lisboa tem.

Acompanhou os freires de Cristo cêrca de quatro séculos — do Restelo para a sinagoga da Judiaria Grande e desta para aqui — e há um século que os freires se foram e Ela aí continua, sorridente e acolhedora, em adoração ao Filho concebido do Espírito Santo e a apresenta-Lo com amor à piedade dos fieis.

¡ Olhai-A bem, meus amigos !

Olhai-A e lembrai-vos que deante de Ela

fizeram vigília de armas, antes de armados cavaleiros, muitos portugueses cujos nomes a História conserva avaramente.

Reparai em que ante Ela velaram uma noite inteira, antes de partir para a dilatação da Fé e do Império, todos os capitães das naus e das caravelas, que se acolhiam à poderosa intercessão da Mãe da Divina Graça para que chegassem a bom termo.

Se não podemos ter a certeza de que o Infante D. Henrique Lhe endereçou suas orações, têmola perfeita e absoluta de que foi por Seu valimento que a Providência Divina deu bom despacho às deprecações fervorosas de Bartolomeu Dias, de Pedralvares Cabral, de Vasco da Gama, de Albuquerque terrível, de Castro forte e de «outros em quem poder não teve a Morte».

Pensai na multidão de mãis, de espôsas, de filhas, de avós, de noivas e de irmãs que — gerações sôbre gerações — vieram anelantes e ansiosas diante de Ela — Consoladora dos Afli-tos e Refúgio dos Pecadores — de Ela — sob cujo patrocínio o Infante pusera a emprêsa ciclópica das descobertas — a impetrar a Misericórdia Divina para seus filhos, seus maridos, seus pais, netos, noivos ou irmãos, que andavam perdidos no mar Oceano, em frágeis caravelas que as vagas medonhas da procela ameaçavam tragar a cada instante, em naus que pareciam fortes mas com que o mar brincava como se fôssem casquinhas de noz, quando a tempestade rugia furiosa e os ventos sopravam desbocados, esfacelando o velame, estilhaçando a mastreação, fazendo estalar o reforçado arcaboço dos cascos, que ora surgiam encarrapitados nas cristas espumantes de vagas enormes, verdadeiras montanhas de água, ora desapareciam velozes, como engolidos pelas fauces hiantes de monstro horrendo.

E sempre que o temporal se desencadeava aqui, essas almas piedosas, não atentando em que os seus andavam longe e não sabendo que a borrasca se não estendia ao mundo inteiro, visionavam o quadro tétrico e acorriam em massa a rezar com fervor, com tôda a alma, a penitenciar-se, a desentranhar-se em mostras de acrisolado amor.

¡ Quantas lágrimas, quantos soluços, quantas angústias não presenciou esta imagem bem-dita !

¿ De quantas tragédias não foi testemunha ?

¿ De quantas alegrias não compartilhou ?

Aqui tendes vós como a minha pouquidade
impossibilita que esta arenga tenha fecho con-
digno.

Não tenho recursos para tecer a Maria San-
tíssima o hino de amor que Lhe é devido.

Não tenho meio de apresentar condigno
preito da vassalagem que os portugueses de
hoje devem a Nossa Senhora do Restelo.

Há, porém, necessidade imperiosa de fechar
com chave de ouro e para o conseguir só ten-
ho uma forma : dar homem por mim.

É o que vou fazer.

Vai ser Gil Vicente quem A vai saudar, Gil
Vicente que era devotíssimo da Mãe de Deus,
Gil Vicente que de modo nenhum pode ser um
nome desconhecido para esta veneranda ima-
gem, porque o viu bastas vezes prostrado em
oração ante Si.

Ó gloriosa Senhora do mundo,
excelsa princesa do Céu e da terra,
formosa batalha de paz e de guerra,
da Santa Trindade secreto profundo !
Santa esperança, ó madre de amor,
ama discreta do filho de Deus,
filha e madre do Senhor dos Céus,
alva do dia com mais resplendor !

Fermosa barreira, ó alvo e fito
a quem os profetas direito atiravam !

A ti, gloriosa, os Céus esperavam,
e as três pessoas, um Deus infinito.
Ó cedro nos campos, estrêla no mar,
na serra ave fénix, uma só amada,
uma só sem mácula e só preservada,
uma só nascida, sem conto e sem par !

Do que Eva triste ao mundo tirou
foi o Teu fruto restituïdor ;
dizendo-te *ave* o embaixador
o nome de *Eva* te significou.
Ó porta dos paços do mui alto Rei,
câmara cheia do Espírito Santo,
janela radiosa de resplendor tanto,
e tanto zelosa da Divina Lei !

Ó mar de sciência, a Tua humildade,
que foi senão porta do Céu estrelado ?
Ó fonte dos anjos, ó horto cerrado,
estrada do mundo para a Divindade.
Quando os anjos cantam a glória de Deus,
não são esquecidos da glória Tua ;
que as glórias do Filho, são da Madre Sua,
pois reinas com Êle na côrte dos Céus.

Pois que faremos os salvos por Ela,
nascendo em miséria, tristes pecadores,
senão tanger palmas e dar mil louvores
ao Padre, ao Filho e Espírito e a Ela ? !

Algés — Fevereiro de 1937.

L. D. V. M.

LISBOA DE OUTRORA

Obra póstuma de PINTO
DE CARVALHO (TINOPI),
é um dos livros que, dos
últimos que se têm publi-
cado sobre LISBOA,
maior êxito obteve. É um
livro indispensável em tô-
das as bibliotecas, e espe-
cialmente nas bibliotecas dos *AMIGOS DE LISBOA*

Rancho lisboetas de outrora

Por CARDOSO MARTHA

Não é dos nossos dias a organização de ranchos para alegrar as festas da capital.

Das muitas publicações em prosa e verso com que o sincero entusiasmo, a conveniência política, a ambição do lucro ou o servilismo abjecto cantaram a inauguração da estátua equestre que Pombal fêz erguer no Terreiro do Paço ao rei D. José, destaca-se, por ser das mais invulgares, a *Narração dos applausos com que o Juiz do Povo, e Casa dos Vinte-quatro festeja a felicissima inauguração da estatua equestre onde tambem se expõem as allegorias dos Carros, Figuras, e tudo o mais concernente ás ditas festas*. Lisboa, Regia Officina Typografica, MDCCLXXV». Informa-nos êste opúsculo de 126 páginas que «para fazer mais plausível, e solemne este festejo», mandaram o digno Juiz do Povo e Casa dos Vinte-Quatro «fabricar sete Carros Magestosos, ornados galante, e ricamente, para servirem de triunfo na celebrissima Inauguração da Estatua, e simbolizarem a Gloria, a que se vê elevado PORTUGAL, a impulsos da Beneficencia do seu MONARCA».

Representavam êsses «carros magestosos» as quatro partes em que os geógrafos do tempo dividiam o glôbo, sem mencionarem a Oceania, ainda então, como é notório, incorporada na Ásia. Pela descrição dos carros, que no opúsculo abarca vinte páginas, se vislumbra, a mais de século e meio de distância, a suntuosidade, o bom gosto e a amplitude de bôlsa com que os mestrais e decoradores da Lisboa setecentista capricharam em os apresentar aos olhos embasbacados do público. Esplendiam de oiros e côres garridas, enfloravam-se de grinaldas,

decoravam-se de formosíssimas mulheres vistosamente enroupadas ou, melhor ainda, desenroupadas, porque, sôbre a «nudez forte» de algumas, (a América, vérbigracia). a fantasia dos artistas lançara, pendente dos ombros, «hum véo listado, e muito rico . . .»

Demais disto, iam os carros povoados dum verdadeiro Olimpo — deuses e deusas, ninfas, sátiros e tritões. Não faltavam as figuras simbólicas de Portugal, do Tejo, Douro e Oceano, nem as personificações da Fama, Glória, Honra, Paz, a Vitória, a Ignorância, a Hipocrisia, o Furor, a Prudência, o Temor, a Sujeição, a Generosidade, a Justiça, a Benignidade, o Amor Pátrio, a Liberdade, e outras virtudes e vícios. Revelavam-se ainda, em carne e ôsso, a Aurora, o Meio-dia, a Tarde, a Noite, as Artes Liberais, as Belas-Artes, a História, o Comércio e, como diria o Eça, outras multidões.

Um vespeiro de poetas e músicos (como hoje, já então os havia em barda) ia lançando à rua, por seis janelas dum dos carros, «toda a qualidade de versos, que houver. E de cada hum de todos os outros carros se irão da mesma forma deitando as respectivas Allegorias, e Explicações», para que a assistência não ficasse a olhar, como boi para palácio, sem toscar patavina de quem arranchasse naquela carga de figurões de todo o tamanho e feitio. Um regabofe de coisas espampanantes, que deixava de mandíbula pendente e pupila esbugalhada o bom do alfacinha.

Mas não é pròpriamente do carroçame alegórico que pretendo escrever, sim dos ranchos bairristas com que os organizadores da festa concorreram à solenidade. Transcrevo a parte que lhes respeita:

Regulação das danças, que acompanham os Carros, e seus vestuários

«Primeiramente o Carro de PORTUGAL TRIUNFANTE será acompanhado de trinta mascaras de cavallo, vestidos ricamente, seis dos quais tocarão alguns instrumentos bellicos.

«Cada hum dos outros seis Carros será acompanhado de oito mascaras de pé, igualmente bem vestidos.

«As mulheres das Danças se dividem em quatro Ranchos, a saber: O do Campo de Santa Anna, que acompanharão (*sic*) o Carro da America: O da Ribeira do Peixe, que acompanham (*sic*) o Carro d'Africa: O das Hortelôas⁽¹⁾, que acompanhará o Carro d'Asia: E o das Collarejas, que acompanhará o Carro da Europa. Nunca se apartará cada hum destes

Ranchos do seu respectivo Carro, tanto pelas Ruas, como na Praça do Commercio. Os seus vestidos são da maneira seguinte.

«As do Campo de Santa Anna vestem roupinhas azues, e saias côr de rosa á Camponeza, tudo agalocado de ouro: na cabeça coifas côr de rosa bordadas de prata, e chapellinhos brancos redondos, com laços de fitas pendentes. O calçado destas, e das mais todas, serão (*sic*) irmão do vestuario.

«As da Ribeira do Peixe trajam á Hespanhola, de branco e preto, com mantilhas brancas agalocadas de ouro, e as roupinhas de prata, coifas brancas bordadas de ouro.

«As Hortelôas trajam todas de côr verde com galões de ouro, coifas verdes bordadas do mesmo, bandas de flores a tiracólo, e ramalhetes nas mãos.»

E aqui fica pintura da ascendência dos ranchos, que hoje-em-dia, como outrora, lisongeiam o paladar rapioqueiro das gentes alfacinhas.

1938, Junho.

(1) Êste rancho e o seguinte, são os que hoje chamáramos «dos mercados».

LISBOA DE OUTRORA

Obra póstuma de PINTO DE CARVALHO (TINOPI), é um dos livros que, dos últimos que se têm publicado sôbre LISBOA, maior êxito obteve. É um livro indispensável em todas as bibliotecas, e especialmente nas bibliotecas dos AMIGOS DE LISBOA

CRÓNICA

por LUIZ MOITA

Eu moro numa curva desgraciosa da antiga Estrada da Penha de França, onde a urbanização se vem fazendo caprichosamente, ao acaso de circunstâncias particulares, desde, talvez, os comêços do século XIX. Justamente em frente da minha casa havia ainda há cêrca de dois anos um velho pardieiro de telha mourisca, de frestas baixas, gradeadas de ferro. O acesso a êste casarão fazia-se por larga entrada, tipo de portão de quinta, sôbre cuja verga a graça vetusta dum frontão interrompido, extremado por duas volutas de argamassa, pintalgadas de musgo, dava a notícia dum baroco em plena degenerescência, ali modelado nos tempos hesitantes e desordenados do Senhor D. João VI.

O que nêsse portão rústico e simpático me enternecia tôdas as manhãs, quando saía de casa, era um pequeno pano de azulejos policrómicos, sôbre o amarelo, guarnecido de festões de flores, num gôsto que lembrava ainda um tanto o estilo de D. Maria I. O gracioso e ingénuo registo, colocado entre as duas volutas, tinha em baixo uma legenda assim: «Momposteiro da Real Caza de Santo António» (momposteiro, mamposteiro, s. m. «arrecadador das esmolas» cif. Morais); e sôbre ela a imagem do Santo, com o menino ao colo, tal como outras disseminadas por essa Lisboa além. Raro me sucedia passar em frente do gracioso registo sem um olhar de saudação, de mudo entendimento.

Um dia dois pedreiros colocaram um andaime ligeiro sôbre o portão, de forma a ganhar a superfície acima da verga. E, cuidadosamente, retiraram, um a um, os azulejos, velhos de mais de cento e vinte anos. No meu desgosto perante o desacato reconheci logo que o frontão, o portal, o mesmo pardieiro, tudo ia já com seus dias contados. Efectivamente, dois, três meses passados, uma equipa de pressurosos operários veio deitar abaixo aquela velharia

inútil, inútil e desgraciosa, sobretudo depois que fôra espoliada do seu registo de azulejos policrómicos.

Depois, outro turno de operários, de pá e picareta, entrou de rasgar uma rua por aí além, acesso explicável a novos bairros.

Estas contingências do progresso de Lisboa hemos de suportá-las resignadamente, mesmo quando um pormenor enternecedor do tempo ido, uma ruína, eloquente no seu silêncio e na sua vetustez, desaparece no bico do lapis dum traçado camarário, tomba perante as exigências de vida nova, que acaba de chegar.

¿Mas que dirá a nossa paciência se, uma vez terminada a primeira parte da reforma, finda a obra inicial de destruição, o elemento complementar dêsse trabalho tarda em chegar e os nossos olhos são forçados a desmoralizar-se considerando, dias sem fim, o espectáculo de ruína em que tudo ficou?

No sítio do casarão que servia de curral, no portão verde, de velha e nobilíssima madeira, que foi apeado, abatido, ao fim de um século de activo serviço, — é hoje um desaterro de chão barrento onde no inverno os garotos jogam a bola entre lamaçais e no verão o vento vai encher os seus odres de poeira, que assopra diabòlicamente para cima de nós, pelas nossas casas dentro.

Eu receio que o meu amor a Lisboa, por esta mania de apeteecer coisas ordenadas e acabadas, possa vir a transformar esta crónica num Beco do Fala Só, na rabujice incontida dum desmancha-prazeres, na dialéctica, aparentemente preconcebida, dum Cardeal Diabo. A galeria onde me debruço parece adequada a um género diferente do encómio, pois dela a perspectiva de Lisboa nem sempre surge na sua beleza absoluta... ¿Se o casarão devia ir

abaixo, os azulejos retirados (estarão no Palácio das Galveias?), o desaterro feito, — e porque se não seguiu a tudo isso o calcetamento da rua nova, se não deu ao pedaço o remate que êle requeria? Se não era possível calcetar logo o novo arruamento, — e porque não se acrescentou mais dois ou três anos de vida ao casarão antigo e ao seu gracioso frontão?

As gerações de hoje, imprimido que foi um moderno sentido à vida nacional, devem arcar com as suas responsabilidades, procurando acabar com velhos costumes onde êstes hiatos, duma atroz antipatia, esta exhibição de desleixo, colocada nas coisas entre o começo e o fim, — são incômodos e desagradáveis sintomas, e não dignificam ninguém. Além de tudo mais colhe perfeitamente a experiência de que uma obra interrompida sai mais cara do que feita tôda duma vez.

Outro exemplo desta incontinuidade oferece-nos a ligação da Rua de Palmira, no Bairro Andrade, com a rua do Zaire, no Bairro das Colónias. Essa extremidade fôra ocupada por uma escadaria calcetada que, — era evidente, com a aparição do novo bairro no Fôrno do Tijolo, tinha que desaparecer.

E desapareceu. Há talvez cinco anos uma leva de afanosos operários, numa ápice, suprimiu a escadaria. Na lógica do trabalho nervoso e intenso estava, naturalmente, a reparação, o calcetamento da rua nova, a ligação definitiva do pavimento, entre as duas artérias. Mas não. Sua Ex.^a, o Hiato, ali mantém um leito terroso, em que as águas de quatro ou cinco invernos abriram sulcos caprichosos, que dão ao local o aspecto dum sistema orográfico onde gaiatos pulam e nos dias sêcos e ventosos a poeira, — essa inimiga da nossa linda Lisboa, dança as suas danças caprichosas e perversas. . .

¡ Senhores! e Não será possível limpar o pó

das sete colinas da nossa doce capital? e Quando não seja fácil atingir o desejo, porque não, ao menos, evitar que a poeira natural venha juntar-se como nos dois casos expostos, a poeira «extraordinária», aquela que pás e picaretas desentramham do leito das ruas e não se pode, ao que parece, imediatamente, evitar, recalçando o mesmo leito estirpado?

Aos «Amigos de Lisboa» cumpre, com o sorriso amável da sua mesma organização, iniciar desde já uma espécie de proselitismo cidadão, criar adeptos em todos quantos lidam com Lisboa, e a retocam, e a beliscam, e a sacodem por vezes, com desejos, aliás, de a bem servir. . . É preciso acabar com os desacôrdos entre a Lisboa Antiga e a Nova, estabelecer um digno traço de união, falar uma linguagem única, dum classicismo impecável, fazer com que os elogios a Lisboa se traduzam por sistematizada acção. . . Não deve ser possível a coexistência de «inimigos de Lisboa», inconscientes dessa inimizade, e do nosso Grupo, onde os «Amigos de Lisboa», em número cada vez maior, são já os mesmos valores de quem depende parte tão larga da vida cidadina. Façamos desde já uma campanha contra «Sua Ex.^a o Hiato». E logo, como por encanto, desaparecerão da nossa capital fenómenos iguais aos que atrás citei, e de que ela está pintalgada extensamente. Se as obras de Santa Engrácia ficaram na História de Lisboa como um símbolo infamante, é justo que a cidade, robustecida por tantos «Amigos», procure sacudir a ignomínia. A maneira mais bela de assim fazer seria, talvez, audaciosa. ¡ Oh! ¡ Mas que transformação nos costumes! Imaginaí o assombro: ¡ Lisboa a propôr-se acabar as Obras de Santa Engrácia! ¡ O belo templo do século XVII completo, aberto ao culto! ¡ A lenda das obras intermináveis de Lisboa desfeita e inútil!

e E porque não?



LISBOA VISTA PELOS ESTRANGEIROS

SÉCULO XVI

(1580)

.....

«**P**OSTO que em Lisboa seja tamanha e tão nobre povoação, não tem palácio algum de burguez ou de fidalgo, que mereça consideração quanto à matéria; e quanto à architectura apenas são edificios muito grandes. Ornamentos, porém, de tal modo, que na verdade ficam magníficos. Costumam forrar os aposentos de rasos, de damascos, e de finísimos razes no inverno, e no verão de couros dourados muito ricos, que se fabricam naquela cidade».

«As ruas, bem que largas, são muito incômodas, por subidas e descidas continuas a que obriga a desigualdade do terreno. . . Por isso usam os moradores andar a cavalo, do que procede verem-se naquela cidade belísimos ginetes, que os portugueses compram por todo o dinheiro, atendendo à grande estimação em que os têm. Não usam de coches, e quatro ou seis que aí havia eram de castelhanos que seguiam a côrte. Quanto às ruas, em geral, são más e incômodas para andar, assim a pé como em coche, tanto é fácil, deleitosa e bela a Rua Nova, pelo seu comprimento e largueza, mas sobretudo por ser ornada de uma infinidade de lojas cheias de diversas mercadorias para o uso da nobre e real povoação. Entre elas há quatro ou seis que vendem objectos trazidos da Índia, como porcelanas finísimas de vários feitios, conchas, cocos lavrados de diversos modos, caixinhas guarnecidas de madreperola, e outras obras semelhantes, que dantes se compravam por moderado preço mas que ultimamente eram caríssimas por três respeitos: o da peste que havia assolado a cidade; o do saque dado pelos castelhanos quando entraram

em Lisboa, bem que El-Rei houvesse ordenado ao Duque d'Alba tal não consentisse aos soldados; e ultimamente pela razão de não terem vindo armadas da Índia durante dois anos. Na mesma Rua Nova há muitas lojas de livros, com infinito número d'elles em português, castelhano, latim e italiano. Todos são muito caros, e por isso os estudantes, por serem pobres, costumam mais *alugá-los* (como aí dizem) a tanto por dia, do que comprá-los. Não deve esquecer aqui que na praça chamada do Pelourinho Velho estão de continuo assentados muitos homens com mesas ante si, os quais se podem chamar notários ou copistas sem caracter de oficiais públicos e que neste exercício ganham a sua subsistência. Sabida que é a ideia de qualquer freguês que se chega a elles, imediatamente redigem o que se pretende, de modo que ora compõem cartas de amores, de que se faz grande gasto, ora elogios, orações, versos, sermões, epicédios, requerimentos ou outro qualquer papel em estilo chão ou pomposo. Junto da Rua Nova há muitas outras ruas, cada uma das quais tem suas lojas de uma só espécie de mercadorias. Na dos ourives do ouro havia muitas mal abastecidas de pedras preciosas, de pérolas, de âmbar e de almíscar, em consequência da tardança da frota. A prata de Lisboa é lavrada com delicadeza e variedade, por ser costume, assim entre nobres como entre plebeus, usarem de pratos e bacias de prata. Há igualmente aí lojas cheias de doces, frutas secas e cobertas, primorosamente preparadas, de que se faz grande tráfico, mandando-as para diversas partes do mundo. Vende-se também, em uma única rua, grande quantidade de telas de tôda a sorte, portuguesas, flamengas e italianas: das primeiras são

na verdade belas algumas que chamam *casiquino* (?); mui finas e alvas, e alguns lenços à mourisca, que são baratos e lindos. Noutra parte, em certa viela, trabalham delicadamente ao tórno, em que fazem guarda sois de barba

de baleia, obra acabada, cocos lavrados a modo de taças, com embutidos de madeira do Brasil. Vasos de estanho e mais objectos dêste metal se fabricam abundantemente noutra rua e se carregam para a Índia onde dão grande lucro».

Apud ALEXANDRE HERCULANO, *Viagem a Portugal dos Cavaleiros Tron e Lippomani*.
(Opúsculos, Tomo VI. Controvérsias e estudos históricos, Tomo III).

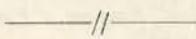
EDIÇÕES DO GRUPO

AMIGOS DE LISBOA

TIRAGENS LIMITADAS E ALGUMAS NUMERADAS:	Preços de venda para o público	Preços de venda para os sócios
<i>EVOCAÇÃO DO CAFÉ MARTINHO</i> (Quási esgotado)	7850	5800
<i>NOITE DE EVOCAÇÃO DO «LEÃO DE OURO»</i> (Quási esgotado)	7850	5800
<i>PEQUENA MONOGRAFIA DE S. VICENTE</i> Edição vulgar Edição especial	8800 20800	6800 12800
<i>URBANIZAÇÃO DE LISBOA</i>	2850	2800
<i>OLISIPO N.ºs 1 e 2</i>	7850	5800
<i>ERMIDA DE SANTO AMARO</i> Por LUIZ MOITA	9850	7850
<i>RUINAS DO CARMO</i> Pelo Dr. EDUARDO NEVES	3800	2800
<i>VISITA A IGREJA DA CONCEIÇÃO VELHA</i> Por MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO	3800	2800

«AMIGOS DE LISBOA»

LISTA DOS SÓCIOS APROVADOS DURANTE O SEGUNDO TRIMESTRE DE 1938



- 451 — Dr. Fernando David Martins Pereira, advogado
452 — Alberto Meira, funcionário público
453 — Ernesto Lima Amaro, farmacêutico
454 — António Lameira Bueri, engenheiro
455 — Eugénia Wiese Falcão
456 — Fernando Mascarenhas, empregado de escritório
457 — António Illydio Teixeira de Vasconcellos, médico
458 — Lino António Afonso, empregado no comércio
459 — Cândido Xavier da Costa, empregado de escritório
460 — Manuel A. Ortiz, empregado no comércio
461 — António José da Silva, farmacêutico
462 — Bento de Freitas Guimarães, funcionário público
463 — D. Maria Luiza de Carvalho Monteiro, proprietária
464 — Arnaldo d'Almeida Dias, médico
465 — António Assis de Brito, médico
466 — Jonas Silva Wahnon, engenheiro agrônomo
467 — M. Fran Paxeco, Consul
468 — D. Manuel José Carlos da Cunha Silveira e Lorena (S. Vicente), engenheiro agrônomo
469 — Joaquim Pais de Azevedo, engenheiro agrônomo
470 — D. Duarte Manuel de Castro (Nova Gôa), engenheiro agrônomo
471 — António Lopes Branquinho d'Oliveira, engenheiro agrônomo
472 — D. Jorge Machado Castelo Branco (Figueira), proprietário
473 — João R. de Oliveira, médico veterinário
474 — José Carlos da Silva, contabilista
475 — Alfredo Augusto Lopes, chefe de polícia
476 — D. Maria Antónia de Melo Portugal
477 — Fernando da Silva Antunes, empr. de escritório
478 — Mário Martins Pinheiro, empregado de seguros
479 — Vasco da Silva Teigas, estudante
480 — José Luiz de Saldanha (Rio Maior), engenheiro agrônomo
481 — José Dias Ferreira, empregado no comércio
482 — José Manuel Palhão, empregado de seguros
483 — António José Martins, comerciante
484 — José Rodrigues Pablo, médico
485 — Raul da Costa Couvreur, engenheiro civil
486 — Alberto Maugua Cifuentes, estudante
487 — Vicente das Neves Reis, empregado no comércio
488 — Vergílio da Cruz Baião, advogado
489 — Paulo Gustavo Caratão Soromenho, Professor do ensino secundário
490 — José Duarte Ayala Bôto, prof. ensino secundário
491 — Victor Manuel Santana Carlos, médico
492 — Celestino Rodarte de Almeida, engenheiro civil
493 — Pedro Belo, engenheiro agrônomo
494 — António Cánova de Faria, conservador de biblioteca
495 — Henrique Doria, estudante
496 — António Bivar de Sousa, coronel de reserva
497 — Francisco José de Sousa Tavares, comerciante
498 — Fernando António d'Oliveira, comerciante
499 — Francisco Alfaro, revisor tipográfico
500 — Luiz Augusto Teixeira de Vasconcelos, coronel d'artilharia
501 — Henrique Teles Passos, empregado no comércio
502 — Edmund Zettler, mecânico
503 — Luiz António Xavier Júnior, médico
504 — Salvador de Almeida, serralheiro mecânico
505 — Celestino Augusto Tocha, escultor e professor
506 — Albino Cunha, pintor d'arte
507 — José Dionísio Simões, comerciante
508 — D. Maria da Nazareth Simões Ferreira, professora oficial
509 — Salvador José dos Santos, empreg. no comércio
510 — Luiz Guilherme Cardim Bastos, estudante
511 — Carlos de Lorena, funcionário público
512 — Alfredo de Portugal da Silveira, empregado de escritório
513 — E. L. Lino dos Santos, capitão-tenente médico reformado
514 — António Vieira Monteiro, advogado
515 — Manuel Gonçalves Pires, empregado no comércio
516 — António Bravo, estudante de medicina
517 — Silvio Abranches Pinto, empregado bancário
518 — Eurico de Sampaio Saturio Pires, antigo oficial do exército
519 — Joaquim de Moraes Costa, proprietário
520 — Feliciano Fernandes, advogado
521 — Mário Saa, escritor
522 — Viriato de Gouveia, médico
523 — Alberto Capela, tradutor
524 — Luiz Maria da Costa Freitas Branco, professor
525 — Aulanio Lôbo, engenheiro
526 — Jaime Lopes Dias, proprietário
527 — João Gomes Cardoso, industrial
528 — António Joaquim Andrade Cabral, engenheiro agrônomo
529 — Guilherme Guerra, engenheiro agrônomo
530 — Carlos Galvão, médico
531 — José da Natividade Gaspar, empreg. de escritório
532 — Alberto Emílio Meireles, empregado público
533 — Luiz Perestrelo de Vasconcelos, proprietário
534 — António José Baptista de Araújo, comerciante
535 — António Lello, editor

- 536 — Rogélio Nuñez Marques Cardoso, editor
537 — Luiz Domingues, general
538 — Vasco de Carvalho, official do exército
539 — Raul Estêves, official do exército
540 — Justino Henriques Nery, official da armada
541 — Victor Hugo Vasques, agente de publicidade
542 — Francisco da Silva Evangelista, func. público
543 — Augusto Eduardo Câmara Pestana, sub-director da fábrica dos tabacos
544 — Victor Teixeira, médico e professor
545 — José Roma Machado, coronel de reserva
546 — António Luiz Assunção Júnior, empr. dos tabacos
547 — Kápsztás Gyula, intérprete
548 — Delfim Teixeira, intérprete
549 — Teodoro de Sousa Pereira, empr. no comércio
550 — Domingos Rosado Gião, estudante
551 — Raul de Matos Ferreira, médico
552 — Júlio Victor Augusto Lopes, mestre de alfaiate
553 — Jacinto dos Reis Betencourt, engenheiro civil
554 — Eduardo Paiva de Magalhães, professor do Conservatório
555 — José Braz Melicio, empregado municipal
556 — Manuel Luiz, comerciante
557 — Fernando César de Matos Silva, engenheiro civil
558 — Carlos Rebelo Marques d'Almeida, engenheiro agrônomo
559 — António Guedes Barjona de Freitas, engenheiro silvicultor
560 — D. Rodrigo de Castro (Nova Gôa), eng. agrônomo
561 — Engénio Monção Soares, official do exército
562 — D. Julieta Ferrão, directora do Museu Rafael Bordalo Pinheiro
563 — Tomaz Ribeiro de Melo, diplomata
564 — Joaquim Maria Cabedo, guarda-livros
565 — João de Sousa Ferreira, inspector de seguros
566 — Fernando Machado, prof. do ensino secundário
567 — Francisco Martins, advogado
568 — Pedro Caspers, engenheiro agrônomo
569 — Kurt Pinto, técnico fotográfico
570 — Manuel José Cid Carvão Guimarães, proprietário
571 — Manuel Fernandes Pelicano, advogado
572 — Manuel Henriques de Carvalho, comerciante
573 — Joaquim de Assunção Guimarães Pestana da Silva, empregado-bancário
574 — Celso Abreu, comerciante
575 — Francisco do Amparo Couto Duarte, proprietário
576 — Luiz Costa Santos, comerciante
577 — António José de Sousa Júnior, empr. superior do Banco de Portugal
578 — David Russel, médico
579 — Edgar de Lima, advogado
580 — Fernando dos Santos, pintor de arte
581 — José Júlio de Moraes, auxiliar do consulado do Brasil
582 — Leopoldo de Figueiredo, médico
583 — João Duarte da Fonseca Lobo, condutor industrial
584 — D. Tomaz de Melo, artista pintor
585 — Augusto Pinto, comerciante
586 — D. Augusta Delfina Monteiro Ferrugem
587 — Alexandre Alberto de Sousa Pinto, professor da Universidade do Porto
588 — Alfredo Daniel Ferreira Ramos, comerciante
589 — João Baptista Marques, official do exército
590 — João de Lacerda, conserv. do Museu de Cascais
591 — José António Alves, despachante da alfândega
592 — João Bandarrá, 1.º sargento da Guarda Fiscal
593 — Alberto António Duarte de Carvalho, guarda-livros
594 — Luiz Benavente, architecto
595 — António Bento Coelho de Jesus, farmacêutico
596 — João dos Santos Ghira, agente técnico de engenharia
597 — A. Gonçalves Alves, construtor civil
598 — Honório de Carvalho, escritor e jornalista
599 — Manuel Amaro Martins, médico veterinário
600 — Carlos Lobo d'Oliveira, escriturário
601 — Augusto Matos Cid, médico
602 — Joaquim da Silva Matos, chefe de secretaria
603 — José Maria de Sousa Lima, advogado
604 — Fernando Lopes de Freitas, empr. de escritório
605 — Jorge Hugo Pires de Lima, 3.º bibliotecário
606 — António Barbosa, comerciante
607 — Carlos César Santos Gonçalves, industrial de chapelaria
608 — Carlos Lobo d'Avila, comerciante
609 — Leocádio Alexandre Travassos d'Almeida, chefe de escritório
610 — Manuel de Mascarenhas Gaivão, engenheiro civil

RESUMO, POR PROFISSÕES, DOS SÓCIOS APROVADOS NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1938

Advogados	8	Escultores	1
Agentes de publicidade	1	Estudantes	6
Agentes técnicos de engenharia	1	Farmacêuticos	3
Arquitectos	1	Funcionários públicos	5
Bibliotecários	1	Guarda-livros	2
Chefes de polícia	1	Industriais	2
Comerciantes	13	Intérpretes	2
Condutores industriais	1	Mecânicos	2
Conservadores de museus	11	Médicos	14
Construtores civis	1	Médicos veterinários	2
Contabilistas	1	Mestres de alfaiate	1
Despachantes oficiais	1	Oficiais do exército	10
Diplomatas	3	Oficiais da marinha de guerra	1
Editores	2	Pintores d'arte	3
Empregados bancários	3	Professores	7
Empregados no comércio	7	Proprietários	7
Empregados de escritório	11	Revisores tipográficos	1
Empregados de seguros	3	Sub-directores de fábrica	1
Engenheiros	20	Técnicos fotográficos	1
Escritores	2	Tradutores	1

RESUMO GERAL, POR PROFISSÕES DOS SÓCIOS ACTUAIS DO GRUPO

Advogados	31	Funcionários públicos	30
Agentes de publicidade	2	Guarda-livros	5
Agentes técnicos de engenharia	1	Industriais	11
Arquitectos	9	Inspectores	1
Artistas teatrais	6	Intérpretes	2
Banqueiros	1	Jornalistas	26
Bibliotecários	1	Juízes de direito	2
Caricaturistas	1	Mecânicos	2
Chefes de polícia	1	Médicos	50
Comerciantes	65	Médicos veterinários	4
Condutores industriais	1	Mestres de alfaiate	1
Conservadores de museus	2	Notários	4
Construtores civis	2	Oficiais do exército	33
Contabilistas	4	Oficiais da marinha de guerra	8
Desenhadores	1	Peritos de seguros	1
Despachantes oficiais	5	Pintores d'arte	7
Diplomatas	6	Professores	27
Editores	2	Proprietários	39
Empregados bancários	27	Publicistas	10
Empregados no comércio	31	Realizadores cinematográficos	2
Empregados de escritório	23	Repórteres fotográficos	1
Empregados de seguros	3	Revisores tipográficos	1
Engenheiros	64	Solicitadores	1
Escritores	2	Sub-directores de fábrica	1
Escultores	3	Técnicos fotográficos	1
Estudantes	11	Tradutores	1
Farmacêuticos	5		

